

LUÍS FILIPE PAGANELLA CESCANI

**Os Direitos Humanos e a Igreja Episcopal Anglicana
do Brasil (IEAB) – Diocese do Recife**

**João Pessoa – PB
Fevereiro de 2003.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

**Os Direitos Humanos e a Igreja Episcopal Anglicana
do Brasil (IEAB) – Diocese do Recife**

João Pessoa – PB
Fevereiro de 2003.

LUÍS FILIPE PAGANELLA CESCANI

**Os Direitos Humanos e a Igreja Episcopal Anglicana
do Brasil (IEAB) – Diocese do Recife**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Direitos Humanos, da Universidade Federal da Paraíba,
como parte do pré-requisito para obtenção do título de
Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Giuseppe Tosi

**JOÃO PESSOA – PB
2003**

LUÍS FILIPE PAGANELLA CESCANI

**Os Direitos Humanos e a Igreja Episcopal Anglicana
do Brasil (IEAB) – Diocese do Recife**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Giuseppe Tosi
Orientador

Prof. Dr. Carlos André Macedo Cavalcanti
Depto. De História

Prof. Ms. Marcelo Augusto Veloso
Depto. De Filosofia

RESUMO

O objetivo deste trabalho é traçar um perfil da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil –IEAB na defesa dos Direitos Humanos através da ação da Diocese do Recife e especificamente da Secretária Diocesana de Direitos Humanos. Este perfil é realizado começando desde a sua criação, quando ainda era uma Comissão de Direitos Humanos criada pelo então presbítero Robinson Cavalcanti, até o trabalho da atual Secretaria Diocesana de Defesa dos Direitos Humanos, em ações junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), comunidades carentes e a sociedade civil. Para tanto, em um primeiro momento, procuramos contextualizar historicamente o que é a Igreja Anglicana e seus dogmas religiosos e posteriormente, buscamos estabelecer as diversas inter-relações com a doutrina dos direitos humanos, procurando mostrar quais ações são desenvolvidas pela Diocese do Recife, primeira Diocese da Igreja Anglicana no Brasil a ter uma secretaria de Direitos Humanos no Brasil, com a interação do movimento social, ou seja, da sociedade civil organizada e organizações não governamentais. No final apontamos para a importância das instituições religiosas na defesa dos Direitos Humanos, uma vez que seus atos não podem ficar restritos ao espaço dos templos e seus cultos religiosos e sim ter uma abertura e interlocução com o Estado e a sociedade civil.

ABSTRACT

This work aims to describe a profile of the Anglican Episcopal Church of Brazil (IEAB) and of the work of the Diocese of Recife in defence of Human Rights through the action of Human Right's Secretary. This profile is carried through since its creation, when still it was a Commission of Human Rights created by the Robinson Cavalcanti minister, until the work of current Diocesan Secretary of Human Rights with the social movements, like: "Movimento dos Sem Terra" (MST), "Movimento dos Trabalhadores Sem Teto" (MTST), communities and the civil society. In a first moment, we intent to do an historical description of what it is the Anglican Church and later, we search to establish the different Inter-relations with the doctrine of the Human Rights, looking forward which these actions are developed by the Diocese of Recife, the first Diocese of the Anglican Church in Brazil with a secretary of Human Rights, and his interaction with the social movements, or either, civil society organized and not governmental organizations. We defend the importance of the religious institutions in defence of Human Rights, because its acts cannot be restricted to the space of the temples and religious cults, but being able of interlocution with State and the civil society.

Introdução.....	09
 Capítulo I - A Igreja Episcopal Anglicana	
1.1	A origens do anglicanismo..... 10
1.2	A Igreja anglicana no Brasil..... 13
1.3	O conceito de fé da Igreja Episcopal Anglicana..... 16
1.3.1	A conferência de Lambeth..... 17
1.3.2	O quadrilátero de Lambeth..... 17
1.3.3	A missão..... 18
1.3.4	A adoração..... 18
1.3.5	O livro de oração comum..... 19
1.3.6	Do pecado original..... 20
1.4	Principais perguntas sobre o Anglicanismo..... 20
1.4.1	Como podem ser os anglicanos católicos e protestantes ao mesmo tempo?..... 20
1.4.2	O que é a comunhão anglicana?..... 21
1.4.3	Qual a função do tríplice ministério de bispos, presbíteros e diáconos e a participação dos leigos na igreja?..... 21
1.4.4	Quais são as diferenças entre a chamada “igreja alta” e “igreja baixa”?..... 22
1.4.5	Por que os serviços religiosos são acompanhados por um livro?..... 22
1.4.6	Como são os cultos da igreja episcopal anglicana do Brasil?..... 23
1.4.7	Qual a posição da Igreja Episcopal Anglicana no contexto sócio-político brasileiro e mundial?..... 24
1.4.8	Como alguém pode se tornar membro da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB?..... 24

1.5	Correntes do anglicanismo.....	25
-----	--------------------------------	----

Capítulo II – Anglicanismo e Direitos Humanos

2.1	Um breve histórico.....	34
2.2	Mensagem cristã e Direitos Humanos.....	38
2.2.1	Liberdade religiosa.....	40
2.2.2	Orientação sexual.....	41
2.2.3	Eutanásia.....	42
2.2.4	Religião e ética mundial: a proposta de Hans Küng...	43
2.2.5.	Escatologia e fundamentalismo.....	45
2.3	A ação da IEAB para a promoção dos direitos humanos.....	46
2.3.1	Calendário de atividades de promoção de direitos humanos da IEAB/Diocese do Recife.....	47
2.3.2	A IEAB/Diocese do Recife e a formação aos direitos humanos.....	53
3	Considerações finais.....	56
	Bibliografia.....	61

Anexo

Questionário.....	63
-------------------	----

INTRODUÇÃO

Para que se possa compreender a ação da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB Diocese do Recife, em favor dos direitos humanos, precisamos antes desmistificar alguns fatos, como a colocação da Igreja Anglicana ser uma igreja criada apenas para satisfazer o desejo de um rei, no caso o rei Henrique VIII, por exemplo.

Mostraremos, por fatos históricos, que a Igreja Episcopal Anglicana, já existia há muito tempo e traçaremos um perfil histórico desta época, que remonta ao ano de 208 DC, passando pela chegada da Igreja Episcopal Anglicana na América do Norte, precisamente nos Estados Unidos, e a sua posterior chegada no Brasil, inicialmente no Rio Grande do Sul, até chegarmos as ações em Direitos Humanos da Diocese do Recife.

Neste contexto, explicaremos mais detalhadamente o que é o anglicanismo, sua doutrina, seus cultos e sua formação como “igreja inclusivista”, e o fato de o anglicano ser, ao mesmo tempo, católico e protestante, devido à sua própria história ligada à história da Inglaterra.

Depois de ter esclarecido a formação da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB, falaremos sobre a Diocese do Recife e a sua atuação na defesa dos direitos humanos, desde a criação da Comissão de Direitos Humanos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB Diocese do Recife até a sua transformação em Secretaria Diocesana de Defesa dos Direitos Humanos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB Diocese do Recife, no bispado de Dom Robinson Cavalcanti.

Exporemos suas ações junto às comunidades carentes, aos movimentos sociais organizados e a parceria com o Movimento Nacional de Direitos Humanos, a partir do ano de 2000 em Pernambuco, colocando desta forma a importância do papel das igrejas, de um modo geral, na sociedade.

CAPÍTULO I

A IGREJA ANGLICANA

1.1. AS ORIGENS DO ANGLICANISMO

Quando as pessoas perguntam pela origem da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), logo querem saber quem foi o seu fundador. A resposta, geralmente encontrada nos livros de história, é que a Igreja Episcopal Anglicana foi fundada pelo rei Henrique VIII. Esta resposta não corresponde à verdade, pelo simples fato de que o controvertido rei não podia fundar algo que já existia. Pode-se afirmar que as igrejas históricas tiveram sua origem nos ensinamentos do próprio Cristo, levado aos lugares mais distantes pelos seus apóstolos e os seguidores destes.

Todas as igrejas históricas tiveram sua origem nele e se espalharam pelo mundo afora, adquirindo no curso da história características e feições próprias. Algumas se afastaram tanto de seu verdadeiro fundador que perderam suas raízes tradicionais e históricas, sendo por isso consideradas, muitas vezes, como seitas; outras conservaram sua origem e tradição apostólica. É o caso da Igreja Episcopal Anglicana, que atravessou os séculos sem perder suas características, que datam dos tempos apostólicos.

A chegada do cristianismo à Inglaterra ocorreu no século III depois de Cristo. Nessa época, o território inglês estava sob um processo de colonização romana. Os legionários, mercadores, soldados e administradores levaram à colônia suas leis, costumes e religião. Entre eles havia provavelmente aqueles que tinham abraçado a fé cristã e oravam secretamente a Deus, enquanto os seus companheiros prestavam honras ao Império, ao Imperador e aos deuses das religiões pagãs. Estamos aqui no terreno das conjecturas. A história não deixou documentos que pudessem provar a veracidade dos fatos. Por isso, nos lugares marcados pelo silêncio da história, encontramos lendas e tradições que falam de viagens missionárias que teriam sido feitas àquela ilha pelos apóstolos Paulo e Felipe e por José de Arimatéia.

A primeira referência histórica sobre a existência de cristãos na antiga Bretanha romana foi registrada por Tertuliano que, em 208 DC, fala de regiões da ilha que haviam se convertido ao cristianismo. Pouco se sabe sobre esses cristãos durante o terceiro século. O certo é que, em 314 DC, três bispos ingleses participaram do Concílio de Arles, no sul da França. Esse fato mostra que já havia uma igreja organizada na grande ilha.

Do surgimento do cristianismo até a Reforma Anglicana, a Igreja da Inglaterra como era conhecida, passou por momentos difíceis, principalmente pela seqüência de invasões que sofreu, que quase eliminaram o cristianismo daquela região.

No começo do século V, os romanos abandonaram a *Britannia*, permitindo a invasão dos anglo-saxões, que destruíram as igrejas e reduziram a prática da fé cristã durante quase 150 anos. Em 597 DC, o Papa Gregório enviou uma comitiva de 40 monges para converter os bretões chefiada por Agostinho que se tornou o primeiro Arcebispo de Cantuária em 597 DC. A obra missionária iniciada por Agostinho foi consolidada por uma segunda missão romana liderada por Teodoro de Tarso.

No final do século X, os dinamarqueses invadiram a ilha e destruíram quase tudo, deixando a impressão que Deus havia se ausentado do mundo. Em 1016, houve uma segunda invasão normanda, mas com a diferença de que o rei era cristão e, por isso, a igreja foi protegida. Doze séculos depois de ter sido parte integrante da Igreja Católica Romana e ter reconhecido o Papa como seu chefe eclesiástico, a igreja inglesa julgou necessário resistir a esta intromissão papal, rompendo suas relações com Roma.

Os primeiros sinais da Reforma inglesa que vão eclodir na separação provocada pelo rei Henrique VIII, em 1534, começaram, na verdade, com o famoso teólogo Anselmo (1034-1109), que aceitou o convite para ser Arcebispo de Cantuária sob duas condições: a primeira que as propriedades da Igreja fossem devolvidas pelo Rei e a segunda que o Arcebispo fosse reconhecido como conselheiro do Rei em matéria religiosa.

Formou-se então, na Inglaterra da época, um espírito nacionalista, fortalecido pelas pregações de John Wycliff (1328-1384), ensejando o retorno

da Igreja à prática das igrejas primitivas (“O homem vai diretamente a Deus”, já dizia o teólogo antecipando temas da Reforma).

O rei Henrique VIII surgiu durante a efervescência do período renascentista. Era inteligente e culto, discutia teologia com a mesma capacidade que discutia os problemas políticos. A luta que começou entre a Coroa e a Igreja confirmou, mais tarde, que a Inglaterra fez sua reforma religiosa debruçada sobre si mesma. O rei Henrique VIII não fundou uma nova Igreja, mas simplesmente separou a Igreja que já existia na Inglaterra da tutela e do controle romanos por razões políticas, econômicas, religiosas e até pessoais.

Durante quase mil anos, a Igreja da Inglaterra esteve sob o domínio direto de Roma, o rei Henrique VIII rompeu essa antiga filiação eclesiástica com o apoio do Parlamento. Separada e independente, a Igreja da Inglaterra continuou sua milenar caminhada na história, alternando períodos de influência ora romanistas, ora protestantes.

Com a morte do rei Henrique VIII, sobe ao poder seu filho Eduardo VI, que mantém em seu reinado a influência protestante, que cada vez aumentava mais. Ao falecer em 1553, subiu ao trono, Maria, Stuart que foi chamada (pelos protestantes) de a “sanguinária”, por ter se notabilizado pela grande perseguição aos anglicanos e seu desejo de retorno ao domínio papal.

A Igreja Anglicana somente se definiu a partir do reinado de Elizabeth I, em 1559, que através do controvertido “Ato de Uniformidade” devolvia à Rainha o mesmo poder que tinha Henrique VIII e Eduardo VI. Elizabeth foi excomungada pelo Papa Paulo IV (1555-1559), que promulgou leis contra os romanistas e puritanos e iniciou um período de apogeu na Inglaterra: a chamada era elizabetana.

O ato de uniformidade criou três correntes antagônicas entre si: a Igreja oficial, os romanistas e os independentes, ou não conformistas. Muitos dos insatisfeitos mudaram-se para a América. Em 1607, o Reverendo Robert Hunt celebrou a primeira Santa Comunhão no rito anglicano em solo americano, e a Igreja permaneceu sob a jurisdição de Londres até a independência dos Estados Unidos em 1776. Deste fato em diante, a Igreja Anglicana se desenvolveu rapidamente e se organizou nos Estados Unidos,

nascendo então a necessidade da nova igreja ter seu bispo. Em 1784, através do apoio de dez clérigos, foi eleito Samuel Seabury como primeiro bispo da América, sagrado na Escócia por razões políticas, mantendo a igreja livre do poder civil. Após haver assegurado a sucessão apostólica, a igreja americana cresceu e se desenvolveu criando dioceses, novas comunidades e inúmeras instituições. Em 1823, foi fundado o Seminário Teológico de Virginia de onde saíram os missionários, Lucien Lee Kinsolving e James Watson Morris, para estabelecer a igreja no Brasil.

1.2. A IGREJA ANGLICANA NO BRASIL.

No Brasil Colônia pode-se registrar como primeiros protestantes os huguenotes (calvinistas) franceses, no Rio de Janeiro entre 1555 e 1560, e os calvinistas holandeses no Nordeste, entre 1630 e 1654.

Em 10 de novembro de 1555 chegou ao Rio de Janeiro o vice-almirante Nicolau Durant Villegaignon, com o apoio de Henrique II, rei da França, e vieram com ele imigrantes calvinistas que fugiram das perseguições na França no período das guerras de religiões. Dois anos depois, vieram mais trezentos colonos com uma carta de apresentação do próprio Calvino, e com eles dois pastores que, ao chegarem, puderam constatar que não havia nenhuma missão colonizadora ou espiritual a realizar. Villegaignon negou suas convicções protestantes passando a perseguir os líderes da nascente Igreja, levando a morte os primeiros mártires protestantes do continente americano em 9 de fevereiro de 1558; em março de 1557, houve o primeiro culto protestante no Brasil. O pastor Jaques de Baller escapou desta primeira execução, mas terminou sendo enforcado como herege na Bahia depois de oito anos de prisão por ordem de Governador Mem de Sá. A colônia francesa teria seu fim em 1560 nas mãos de Mem de Sá, que foi governador geral do Brasil até o seu falecimento em 1572.

A primeira presença dos holandeses no Brasil se deu em 1624 em Salvador, permanecendo ali por um ano e sendo expulsos pelos portugueses. A segunda aconteceu em 1630, quando tomaram Olinda e Recife, permanecendo

em Pernambuco por 24 anos. Com o apoio de Maurício de Nassau desenvolveu-se intenso trabalho pastoral e missionário. Foram fundadas 22 congregações, havia 50 pastores, foram realizadas 19 seções de presbitério e 4 sínodos, envolvendo quase todo o Nordeste entre 1636 e 1648. Com a saída de Maurício de Nassau, em 1644, e depois de várias crises políticas e comerciais, a colonização holandesa terminou em 1654.

Após a saída dos huguenotes do Rio e dos calvinistas do Nordeste, a Igreja oficial do país a época, que era a Igreja Católica Romana, tratou de anular os resultados deixados pelos reformadores. Novos missionários não católicos somente se instalam no Brasil em 1855, sendo o congregacionista inglês Robert Kalley que manteve durante 20 anos seu trabalho evangelístico, não obstante a oposição da Igreja romana. Os luteranos vieram com a imigração de colonos alemães e suíços em 1823, estabelecendo-se mais ao Sul do país. Em 1859, os presbiterianos conseguiram fundar sua primeira missão e, depois de três décadas, organizaram-se como Igreja. Em 1876, chegaram os metodistas americanos; em 1882 os batistas conseguiram se estabelecer na Bahia, depois de uma tentativa frustrada no Rio de Janeiro em 1859.

Em diversas partes do mundo, as Igrejas anglicanas se tornaram autônomas, ou seja, igrejas nacionais ou regionais (incluindo parte de uma nação ou mais de uma nação), formando o que hoje se chama províncias anglicanas ou igrejas anglicanas em permanente comunhão com Cantuária. Esse conjunto de províncias, igrejas nacionais ou regionais forma a grande família da Comunhão Anglicana.

No Brasil, a Igreja Anglicana se chama Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. A expressão episcopal indica que é governada por bispos e a palavra anglicana, antes de significar inglês, aponta para a grande família cristã internacional. Os anglicanos celebram a sua liturgia em terras brasileiras desde o século XIX.

Entretanto, a Igreja voltada especialmente para os brasileiros começou intencionalmente em 1890, quando os missionários americanos Lucien Lee Kinsolving e James Watson Morris estabeleceram a primeira missão em Porto Alegre. No ano seguinte, chegaram William Cabell Brown, John Gaw Meem e a professora leiga Mary Packard. Esses cinco missionários podem ser

considerados como os primeiros fundadores da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil em solo brasileiro.

O primeiro culto na liturgia anglicana foi realizado em 1º de junho de 1890, em Porto Alegre que, na época, tinha 60 mil habitantes. Logo depois, estabeleceram missões em Rio Grande e Pelotas que, juntamente à capital do Estado, se transformaram em importantes centros estratégicos para a expansão e desenvolvimento da nascente Igreja. Hoje, a Igreja Episcopal tem templos, missões e instituições educacionais e assistenciais em 150 diferentes localidades do país, concentrando-se a maior parte no Rio Grande do Sul.

Ao longo de sua centenária história, acumulou uma relação de 95 mil membros batizados e 45 mil confirmados. No mundo, os anglicanos são mais de 70 milhões de membros espalhados por 38 províncias, 450 dioceses em 165 diferentes países nos hemisférios Norte e Sul.

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) é uma das 40 províncias autônomas da Comunhão Anglicana. A IEAB se tornou uma Igreja autônoma em 1965 e conta atualmente com cerca de 70 mil membros distribuídos em sete dioceses possuindo um clero composto por 10 bispos, e mais de uma centena de ministros (reverendos, pastores): diáconos(as) e presbíteros(as).

A Diocese de Recife, criada em 1975 como Diocese Missionária, teve como primeiro bispo D. Edmund K. Sherril. Em seguida, tornada Diocese Autônoma foi governada por Dom Clóvis Erly Rodrigues (1984-1997) e tem agora em sua cátedra o Revmº Dom Edward Robinson de Barros Cavalcanti.

A Diocese do Recife é composta hoje por mais de 30 Reverendos e dezenas de Ministros Leigos, servindo em mais de 30 Paróquias, Missões e Pontos Missionários. A Comunhão Anglicana é uma grande família de Igrejas, tendo como líder espiritual o Arcebispo de Cantuária, atualmente Sua Graça Rowan Williams.

A Comunhão Anglicana se desenvolveu em duas etapas. A primeira começou no século XVI, na Inglaterra, onde o anglicanismo nasceu, chegando com os colonizadores a Austrália, Canadá, Nova Zelândia, África do Sul e Estados Unidos. A Segunda etapa começou no século XVIII, quando as igrejas

anglicanas foram estabelecidas na Ásia, África e América Latina desta forma expandindo-se pelo mundo.

1.3. O CONCEITO DE FÉ DA IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA

As igrejas anglicanas defendem e proclamam a fé católica, apostólica e reformada nas Sagradas Escrituras interpretadas à luz da Tradição, da Razão e da Experiência. Em obediência aos ensinamentos de Jesus, as igrejas são comissionadas a proclamar as boas novas do Evangelho para toda a criação. A fé, a ordem e as práticas estão expressas no Livro de Oração Comum, nos ordinais dos séculos XVI e XVII, nos 39 Artigos de Religião e mais resumidamente no Quadrilátero de Lambeth, aprovada pela Conferência de Lambeth de 1888.

1.3.1 A conferência de Lambeth

A Conferência de Lambeth é o único encontro anglicano que inclui uma representação de todas as dioceses anglicanas ao redor do mundo. A cada 10 anos, todos os bispos da Comunhão se encontram sob a presidência do Arcebispo de Cantuária para discutir os principais problemas e assuntos da Igreja. As resoluções da Conferência são extremamente significantes, ainda que não obrigatórias.

A primeira conferência foi realizada em 1867 reunindo 76 bispos sob a presidência do arcebispo Charles Longley; a última ocorreu em 1998 com a presença de 730 Bispos (11 Mulheres), presididos pelo arcebispo George Carey.

A maioria dos bispos anglicanos vem da África e de outras regiões do antigo Terceiro Mundo, hoje denominado Países em Desenvolvimento, e não da Grã-Bretanha e dos países ricos e desenvolvidos: isso se deve sobretudo a influência do antigo Império Britânico naquelas regiões.

1.3.2 O quadrilátero de Lambeth

O apelo característico da Igreja Anglicana pelo Evangelho, pela Igreja apostólica, pelos primeiros séculos do cristianismo e pela Reforma, serviu de base para sua fé e sua adoração. Este cuidado foi expresso na formulação de uma afirmação básica que servisse de sinal de unidade da Igreja: assim surgiu o Quadrilátero de Lambeth. São quatro as afirmações básicas das Igrejas Anglicanas:

1. As Santas Escrituras do Antigo e Novo Testamento “como contendo todas as coisas necessárias para a salvação”, e como sendo a regra e o modelo final de fé.
2. O Credo Apostólico como símbolo batismal; e o Credo Niceno como afirmação suficiente da fé cristã.
3. Os dois sacramentos ordenados por Cristo – Batismo e Ceia do Senhor – ministrados com o uso das próprias palavras de Cristo na instituição, e com os elementos ordenados por ele.
4. O Episcopado Histórico, adaptado localmente em seus métodos de administração, para atender às várias necessidades das nações e dos povos chamados por Deus para a unidade de Sua Igreja.

1.3.3 A Missão

O Conselho Consultivo Anglicano, a Reunião dos Primazes e a Conferência de Lambeth adotaram um claro compromisso com a Missão Integral da Igreja, que comporta cinco ênfases:

1. Proclamar o Evangelho do Reino de Deus;
2. Ensinar, batizar e integrar os novos crentes à comunidade da fé;

3. Suscitar no coração dos fiéis respostas de misericórdia às necessidades humanas;
4. Denúncia profética e busca de transformação das estruturas sociais injustas;
5. Compromisso com a vida e com a integridade da criação.

1.3.4 A adoração

O ponto central da adoração para os anglicanos é a celebração da Santa Eucaristia ou Santa Ceia, com vários ritos alternativos. No oferecimento da Oração e Louvor, são lembradas a vida, morte e ressurreição de Cristo por meio da proclamação da palavra e da celebração dos sacramentos. A adoração está no centro do anglicanismo. Os estilos variam do simples para o elaborado, do evangelical para o anglo-católico e do carismático para o tradicional. O Livro de Oração Comum (LOC), que já recebeu várias revisões em toda a Comunhão Anglicana, expressa a compreensividade que caracteriza as Igrejas Anglicanas, cujos princípios refletem, desde os tempos de Isabel I, a via média em relação às outras tradições cristãs. Além do rito eucarístico os anglicanos adotam, em seus cultos, a Oração Matutina e Vespertina, a Bênção pela Saúde e outras expressões de culto centrados na Liturgia da Palavra e no Louvor.

1.3.5 O livro de oração comum

O culto na história da Igreja Cristã assumiu várias formas diferentes. Estas liturgias se espalharam por todo o mundo sendo as principais: a Liturgia de Jerusalém (rito de S. Tiago), a Liturgia da Igreja em Constantinopla (rito de S. Crisóstomo) e a Liturgia de Roma (rito latino). O rito latino foi levado à Inglaterra pelos monges missionários beneditinos enviados pelo Papa Gregório,

o Grande, no século VI e durante toda a Idade Média serviu à Igreja nas ilhas britânicas. No fim do período medieval, contudo, muitas dioceses inglesas, incluindo Cantuária, adotaram o “uso de Sarum”, agora conhecida como Salisbury.

Foram estes livros litúrgicos de Sarum que serviram de base para o trabalho de revisão e reforma da liturgia realizada sob a orientação do arcebispo Thomas Cranmer. As duas versões do Livro de Oração, publicados no reinado de Eduardo VI (1549 e 1552), foram produto de cuidadosa pesquisa e adaptação de diversas liturgias que incluíam o uso de Sarum, experiências luteranas na Alemanha, antigas liturgias gregas de S. Basílio e S. Crisóstomo, além de inúmeros breviários. De todas essas fontes foram tiradas idéias, formas e frases, demonstrando com isso que toda a herança litúrgica da Igreja Cristã contribuiu para a organização do Livro de Oração Comum anglicano.

1.3.6 Do pecado original

O pecado original não consiste na imitação de Adão (como é pregado em vão pelos Pelagianos); é, porém, a falta e corrupção da natureza de todo o homem gerado naturalmente da semente de Adão; pela qual o homem dista muitíssimo da retidão original e é, de sua própria natureza, inclinado ao mal, de sorte que toda a carne sempre cobiça contra o espírito; e, por isso, toda pessoa que nasce neste mundo merece a ira e condenação de Deus. E esta “infecção” da natureza ainda permanece também nos que são regenerados, motivo pelo qual o apetite carnal chamado em grego *phrônema sarkós* (que uns interpretam sabedoria, outros sensualidade, outros afeição e outros desejo carnal), não é sujeito à Lei de Deus. Não há condenação para os que crêm e são batizados, contudo o Apóstolo confessa que a concupiscência e luxúria têm de si mesmas a natureza do pecado.

1.4. PRINCIPAIS PERGUNTAS SOBRE O ANGLICANISMO¹

1.4.1 Como podem ser os anglicanos católicos e protestantes ao mesmo tempo?

O termo “protestante” se usa para a Igreja Anglicana porque esta participou da Reforma religiosa do Século XVI e se identificou com muitos dos seus postulados teológicos e bíblicos. E também para distinguí-la da Igreja de Roma e das Igrejas Ortodoxas que também têm bispos. Mas isso não significa que a Igreja Anglicana seja simplesmente uma das igrejas protestante que surgiram da Reforma. Algumas dessas igrejas fizeram uma ruptura maior com o passado do que a anglicana. A palavra “protestante” não significa necessariamente o oposto a “católico”, é certamente o oposto a “papista”. Católico significa universal e os anglicanos se consideram parte da Igreja Universal de Cristo. Refere-se também a antiga Fé Católica expressa nos Credos Históricos - e os anglicanos sustentam isso.

Baseando-se nestes fatos, nota-se que os anglicanos são tanto católicos como protestantes; ou ainda que são Católicos Reformados. A Comunhão Anglicana, da qual a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil é parte, é Católica porque preservou a fé e a ordem desde os tempos primitivos: o tríplice ministério de bispos, presbíteros e diáconos; os sacramentos do Batismo e da Santa Eucaristia, conforme instruídos por Jesus Cristo; os Credos (Apostólico e Niceno) como profissão de fé; e a ênfase nas Escrituras Sagradas como meios suficientes para a redenção, assim como a tradição da Igreja reunida no Livro de Oração Comum. É Protestante e Reformada quando combateu os abusos instituídos pelo alto clero da Idade Média, e afirma a autoridade das Escrituras e a salvação pela graça mediante a fé.

¹ Compilado, adaptado e traduzido por Luiz Fernando Antunes Machado (Paróquia de Todos os Santos, Santos/SP).

1.4.2 O que é a comunhão anglicana?

Este é o nome que se dá à família de Igrejas autônomas que descendem da Igreja da Inglaterra ou que se identificam com o Anglicanismo e que se encontram em plena comunhão uma com as outras. Hoje, a Comunhão Anglicana consta de cerca de 70 milhões de fiéis agrupados em 38 Províncias e 24 Igrejas Associadas, espalhadas por cerca de 164 países. As comunicações internacionais se mantêm através do Conselho Consultivo Anglicano, a Conferência dos Primazes e outros órgãos permanentes ou temporários. O Arcebispo de Cantuária representa histórica e espiritualmente esta união de interesses.

1.4.3 Qual a função do tríplice ministério de bispos, presbíteros e diáconos e a participação dos leigos na igreja?

O Bispo tem grandes responsabilidades em vários níveis. Em primeiro lugar ele é o pastor e primeiro missionário da diocese. Preside a Eucaristia, ordena homens e mulheres ao ministério sagrado, confirma e celebra outros atos litúrgicos. Além disso, tem outras funções administrativas em sua diocese. A palavra “Bispo” (*episcopus*) significa “supervisor”. Os presbíteros são os líderes espirituais e pastorais das congregações locais e são assistidos por diáconos e líderes leigos. A palavra “Presbítero” significa “ancião” (*presbiterós*). Os diáconos, além do citado auxílio ao presbítero, exercem também tradicionalmente o ministério com os pobres e enfermos e o trabalho missionário, sob orientação do bispo. A palavra “diácono” significa “aquele que serve” (*diaconia*).

A IEAB ensina que os leigos são também ministros chamados a participar no ministério de Cristo no Mundo. A palavra “leigo” significa “aquele que não recebeu ordens sacras”, que originalmente designava os serviços dos conventos. Alguns leigos, depois de um processo de seleção e preparação, são escolhidos para ministérios especiais e para isso sua instituição pelo bispo como ministros leigos.

1.4.4 Quais são as diferenças entre a chamada “igreja alta” e “igreja baixa”?

As congregações locais (e seu clero) podem desenvolver diferentes estilos de culto e de ênfase cerimonial no ensino e interpretação da missão da Igreja. Os anglicanos se sentem orgulhosos por esta liberdade que permite tais variações dentro da mesma comunhão, e agradecidos pelos movimentos que a cada geração procuram renovar a vida da Igreja. Os termos “Igreja Alta” ou “Anglo-Católica” e “Igreja Baixa” ou “Evangélica” são usados cada vez menos. Ambos se referem a momentos históricos que formam a tradição anglicana. O primeiro, “Igreja Alta” ou “Anglo-Católica”, conhecido como Movimento de Oxford, tratou de recuperar aspectos valiosos da Fé e da prática Católicas no tempo da Reforma. Já o Movimento Evangélico buscou afirmar e manter os preceitos reformados da centralidade nas Escrituras Sagradas e a conversão pessoal. Hoje em dia, existem paróquias chamadas “tradicionalistas”, com uma postura centrada no anglo-catolicismo e práticas solenes e outras ditas “renovadas” que seguem a linha evangélica dos dons e carismas do Espírito Santo. Todas são partes da mesma Igreja e todas contribuem para o seu equilíbrio e saúde espiritual.

No Brasil esta situação praticamente inexiste, pois a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, IEAB, se encontra virtualmente no meio das duas tendências, porém os episcopais anglicanos são livres para congregarem na paróquia de sua escolha, segundo esta responda a suas necessidades e interesses.

1.4.5 Por que os serviços religiosos são acompanhados por um livro?

A liturgia da Igreja se “diz por um livro” desde os primeiros tempos cristãos e a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil não faz mais que seguir esta prática antiga e histórica. O Livro de Oração Comum é uma compilação de muitas fontes antigas e algumas relativamente modernas, e é reconhecido

internacionalmente como um dos melhores livros religioso em qualquer idioma, excetuando somente a própria Bíblia. Mas o clero anglicano não está tão atado a ele que não possa usar outras orações ou procedimentos reconhecidos ou mesmo promover cultos e orações de forma espontânea. Por outro lado, o uso do Livro de Oração Comum protege do risco de um culto centrado somente na opinião e vontade do sacerdote ou celebrante em detrimento da doutrina da Igreja como um todo e da participação da comunidade. E isso nenhuma outra Igreja permite de maneira tão completa como a Igreja Anglicana. Daí o nome de “Livro de Oração Comum”, quer dizer, comunitária.

1.4.6 Como são os cultos da igreja episcopal anglicana do Brasil?

De acordo com a tradição primitiva, as Igrejas Anglicanas observam o ano cristão, dirigindo as leituras bíblicas e ensinamentos diários de acordo com cada estação. Em todo culto é lida pelo menos uma passagem das Escrituras Sagradas e muitas passagens do Livro de Oração Comum são extraídas diretamente da Bíblia. Incluem-se geralmente as Orações do Povo, Penitência, Leituras dos Salmos e a Palavra do Ministro, baseada nas passagens lidas. Pode-se seguir então a celebração da Santa Eucaristia pelo bispo ou presbítero utilizando as palavras de Cristo na última ceia. Além dos Sacramentos do Batismo e da Eucaristia, dados e instituídos por Cristo, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil também ministra outros ritos sacramentais, como o Matrimônio, a Unção dos Enfermos, a Penitência e Reconciliação, as Sagradas Ordens e o Ofício de Sepultura. Algumas paróquias que tenham ministros com este carisma também realizam ministério de cura, através da imposição das mãos sobre os doentes (físicos e espirituais). Toda celebração da Igreja Anglicana é sempre acompanhada da execução de cânticos, hinos antigos ou novos, instrumentos modernos ou apenas “*a cappella*”. Esta é uma prática histórica da Igreja e virtualmente cada Província da Comunhão Anglicana tem um ou mais hinários de imensa beleza e riqueza musical. A congregação sempre participa, cantando a Deus

suas angústias e alegrias, seus sentimentos e desejos, como fizeram os homens e mulheres desde os tempos de Cristo.

1.4.7 Qual a posição da Igreja Episcopal Anglicana no contexto sócio-político brasileiro e mundial?

A fé dos membros da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) é centralizada no Cristo ressuscitado, vencedor do pecado e da morte e guardião da vida eterna. Mas esta fé não é de maneira nenhuma um meio de escape para os problemas do mundo. Cristo nunca disse a seus discípulos “vocês devem se conformar”; ao contrário, conclamou-os a lutar pela instituição do Reino de Deus nem que isso lhes custasse (e a muitos realmente custou) a vida. Portanto a Igreja condena toda política econômica ou social que oprima as pessoas e as prive de sua liberdade. Posiciona-se em direção a um Mundo de igualdade onde ninguém seja perseguido, e pela justiça e paz entre as classes, raças e nações. A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB é também uma Igreja ecumênica, trabalhando com afinco para unidade de todo o povo de Deus. Acreditando que Deus é o criador de todas as coisas visíveis e invisíveis, acolhe todo trabalho honesto, de pesquisa científica e acadêmica, assim como qualquer manifestação artística humana que torne a vida terrena e mais bonita e procura realizar seus cultos e serviços os mais belos possíveis para a honra do Criador, ensinando o princípio sacramental que tudo é instrumento do Espírito Santo. Enfatiza a boa saúde espiritual como ponto de partida para a cura de todos os males pessoais e humanos.

1.4.8 Como alguém pode se tornar membro da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil - IEAB?

Os cristãos se tornam membros da Igreja pelo batismo. A igreja aceita os batismos realizados em outras denominações, que observem a fórmula bíblica. Aqueles que atingirem um grau de consciência e compromisso

professam publicamente a sua fé, e são confirmados pelo bispo com a imposição de mãos. Tanto os membros batizados quanto os membros confirmados são arrolados em uma Paróquia ou Missão, onde deverão receber edificação espiritual e serem estimulados a plena comunhão (participação na vida comunitária, na Eucaristia e nos encargos financeiros), podendo votar e serem votados nas assembléias e outras instâncias paroquiais ou diocesanas.

1.5 CORRENTES DO ANGLICANISMO

O anglicanismo por ser uma religião inclusivista é ao mesmo tempo, como já foi dito, católico e protestante. Tendo estas duas linhas diversas correntes, desde a mais fundamentalista, seguindo a risca e de forma ortodoxa a doutrina bíblica até a linha mais liberal que procura adequar as palavras da bíblia com a nossa atual realidade.

Os quadros abaixo foram extraídos do livro *Anglicanismo uma Introdução*, do Reverendo Jorge Aquino, onde nele pode-se ver tanto a ordem hierárquica da igreja, tendo o Arcebispo de Cantuária como seu chefe eclesiástico até as linhas de pensamento e correntes religiosas da Igreja Episcopal Anglicana.

Nestas linhas pode-se observar que os liberais, tanto a corrente católica quanto protestante, tendem a ter uma afinidade maior com a base da doutrina dos direitos humanos que é a igualdade. Nestes pode-se constatar, por exemplo, uma busca da igualdade entre o homem e a mulher, em todos os sentidos, sejam direitos ou deveres. Também se faz notar a visão destas linhas em relação ao homossexualismo, que recebe um tratamento de uma forma muito mais cristã.

Para compreender o quadro abaixo, precisa-se entender que a Igreja Episcopal Anglicana, hoje, devido aos inúmeros movimentos que tiveram lugar na sua rica história de Igreja de Cristo nestes mais de dois mil anos sofreu diversas influências teológicas, criando desta forma correntes teológicas baseando-se na doutrina católica e protestante. Ou como coloca o Rev. Sebastião Gameleira em seu artigo *Anglicanismo: Católico ou Protestante?*

“Anglicanismo não é paralelismo, mas confluência no sentido e construirmos uma só igreja que, como um todo, tem suas próprias marcas”.²

² Rev. Jorge Aquino, Anglicanismo Uma Introdução

Tabela Nº 01 / Hierarquia do Anglicanismo³

				Arcebispo de cantuária				
				Conferência de Lambeth				
				Encontro primazes				
				Cons. Consul. Anglic.				
A – católicos				História	B - protestantes			
Anglo	Tradicio Nais	Carismáticos	Liberais	Laços de afeição	Liberais	Carismáticos	Evangélicos	Fundamentalistas
1	2	3	4	Livro de oração comum	1	2	3	4
				Quadrilátero de lambeth: 1. Escrituras 2. Cremos 3. Sacramentos 4. Episcopado				
				provinciais				
				dioceses				
				paróquias e missões				

³ Tabela retirada do site www.ieab.org.br

TABELA Nº 02
CORRENTES CATÓLICAS DO ANGLICANISMO⁴

A - CATÓLICOS				
TEMAS	ANGLO-CATÓLICOS	TRADICIONAIS	CARISMÁTICOS	LIBERAIS
Ênfase histórica	Pré-reforma	Pré-reforma	Pré-reforma	Pré-reforma
Afinidades	Ortodoxos e romanos	Ortodoxos e romanos	Ortodoxos e romanos	Ortodoxos e romanos
Fontes teológicas	Patrística	Patrística	Patrística/Pentecostais	Patrística/iluministas
Quadrilátero de Lambeth	Tradição episcopado credo, escrituras	Tradição episcopado credos Escrituras	Tradição Episcopado credo Escrituras	Tradição Episcopado Credo Escrituras
Revelação	Tradição	Tradição	Tradição/experiência	Tradição/razão
Ferramentas científicas	Não	Sim, com reservas	Sim, com reservas	Sim
Soteriologia	Sacramentalista	Sacramentalista	Sacramentalista/Experiência	Universalista
Ética	Moralista	Moralista moderada/social	Moralista	Situacional / social
Inserção socio-política	Alienação/direita	Formal/direita	Formal/direita	Sim, tendência à esquerda
Lócus litúrgico	Altar	Altar	Altar	Altar
Liturgia	Ritualista	Ritualista	Ritualista emoções	Ritualista
Divórcio	Não	Sim	Sim, com reservas	Sim

⁴ Tabela retirada do site www.ieab.org.br.

Ordenação feminina	Não	Divididos	Divididos	Sim
Ordenações/ uniões gays	Não	Não	Não	Sim

TABELA Nº 03
CORRENTES PROTESTANTES DO ANGLICANISMO⁵

B - PROTESTANTES				
CORRENTES/ TEMAS	LIBERAIS	CARISMÁTICOS	EVANGÉLICOS	FUNDAMENTALISTA
Ênfase histórica	Pré-reforma	Pré-reforma	Pré-reforma	Pré-reforma
Afinidades	Protestantes	Protestantes	Protestantes	Protestantes
Fontes teológicas	Reformadores/ iluminista	Reformadores/ pentecostais	Reformadores/ evangélicos	Reformadores/ fundamentalista
Quadrilátero de Lambeth	Escrituras Tradição Episcopado Credo	Escrituras Credos Tradição Episcopado	Escrituras Credos Tradição Episcopado	Escrituras Credos Tradição Episcopado
Revelação	Escrituras / razão	Escrituras/ experiência	Escrituras	Escrituras
Ferramentas científicas	Sim	Sim, com reservas	Sim, com reservas	Não
Soteriologia	Universalista	Conversão/ experiência	Conversão (calv./arm.)	Conversão (calv./ arm.)
Ética	Situacional/ social	Moralista	Moralista Moderada/ Social	Moralista

⁵ Tabela retirada do site www.ieab.org.br

Inserção socio-política	Sim, tendência à esquerda	Formal, tendência à direita	Sim, difusa	Alienação/direita
Lócus litúrgico	Púlpito	Púlpito	Púlpito	Púlpito
Liturgia	Despojada / moderada	Despojada/emoções	Despojada/moderada	Despojada/extremada
Divórcio	Sim	Sim, com reserva	Sim	Não
Ordenação feminina	Sim	Divididos	Divididos	Não
Ordenações/unões gays	Sim	Não	Não	Não

Para entender melhor os quadros acima apresentados é preciso fazer uma comparação entre as principais correntes doutrinárias dentro da Igreja Anglicana: Liberalismo, neo-fundamentalismo, evangelicalismo.

I. Liberalismo

Influência do Iluminismo/Racionalismo/Humanismo

- 1. Leitura crítico-racional das escrituras.** As Escrituras são consideradas como uma coleção de textos religiosos dos judeus e da Igreja, não como a Palavra de Deus e, como tal, não autoritativa;
- 2. Não confessionalidade do Credo.** Credos e confissões de fé são consideradas como meras compreensões momentâneas e conjunturais elaboradas pela Igreja
- 3. Soteriologia universalista.** A bondade de Deus não é consentânea com a idéia de condenações, todos estão sendo ou serão salvos;
- 4. Relativismo moral.** Não há nada objetiva e universalmente certo ou errado, depende de cada um, da ocasião e da intenção, e do dano ao próximo, (ênfase social);

5. **Missão da igreja.** A igreja é vista como uma comunidade de fé que serve ao mundo procurando nele promover o bem;
6. **Evangelismo.** É preciso respeitar as outras religiões, não ser arrogante com relação à verdade e “procurar ver nelas a face escondida de Cristo”. Conceito de “ecumenismo ampliado”;
7. **Cristologia.** Radical separação conceitual entre o “Jesus Histórico” e o “Cristo Deus”;
8. **Milagres.** São cientificamente explicáveis, tem-se que rever idéias como o nascimento virginal e a ressurreição;
9. **Escatologia.** Infra-histórica e pós-milenarista. Sem retorno literal ou Juízo Final.

II. Neo-fundamentalismo

Esta corrente doutrinária sobre a influência do Romantismo Conservador. Visão cultural pré ou anti-moderna. Seus principais traços são:

1. **Leitura literal das Sagradas Escrituras.** As escrituras são lidas no seu sentido evidente e sua absoluta capacidade de apreensão. Dupla inerrância: do texto e do leitor;
2. **Rígida confessionalidade do Credo.** Credos e confissões são fundamentais como explicações da verdade;
3. **Soteriologia.** Existe uma rígida dicotomia entre salvação X condenação (Calvinistas e Arminianos). Ênfase nas penas eternas;
4. **Moralismo legalista.** Os padrões morais são universais e absolutos em todos os detalhes. Usos e costumes. Ênfase nos delitos sexuais, santidade passiva (não fazer o mal), (ênfase no individual); moralismo exarcebado.
5. **Missão da igreja.** Anúncio e edificação, serviço opcional e nada de profetismo ou compromisso com a vida e a natureza;
6. **Evangelismo.** Ênfase, sem sensibilidade transcultural, individualista;
7. **Cristologia.** Trinitária, com ênfase na natureza divina de Cristo;
8. **Escatologia.** Pré-milenarista, pré-tribulacionista, pós-histórica;
9. **Anti-intelectualismo.** Distanciamento das ciências humanas e da filosofia;

10. Separatismo. Posição social conservadora ou de alienação em relação às questões do seu tempo. Justificação do *status quo* (constantinismo). Em algumas situações racismo.

Esta corrente doutrinária pode ser lida também como uma ideologia e sub-cultura de classe média vinculada ao *american way of life*, com uma forte seletividade do que é “fundamental”.

III. Evangelicalismo

Esta corrente é herdeira da Confessionalidade Reformada, do puritanismo, do pietismo e do avivalismo não extremados.

- 1. Leitura reverente das Sagradas Escrituras.** As escrituras são lidas como palavra de Deus escrita por homens. Revelação em contextos. Uso criterioso das ferramentas científicas. Errância do leitor/intérprete;
- 2. Confessionalidade do credo.** Como explicações válidas e suficientes (mas não totais) de verdades reveladas, sem status canônico;
- 3. Soteriologia.** Há uma dicotomia salvação X perdição, com diferenças quanto às penas eternas;
- 4. Evangelismo.** Anúncio a todas as criaturas, com sensibilidade transcultural;
- 5. Missão da igreja.** Proclamação, edificação, serviço, profetismo, compromisso com a vida e a natureza;
- 6. Ética.** Individual e social, constritiva e sadia.????? Anglicanismo: adequações, imperfeições, aberrações, adiaphoras. Não há hierarquia de delito;
- 7. Escatologia.** Tendência ao amilenarismo pós-tribulacionista, histórico e pós-histórico;
- 8. Ecumenismo:** Com os credais, co-beligerância com o mundo;
- 9. Sistemas históricos:** Relativização, pluralismo de propostas, confrontação e promoção com valores do Reino.

CAPÍTULO II

ANGLICANISMO E DIREITOS HUMANOS

2.1. Um breve histórico

Para delinear um breve histórico da relação do anglicanismo com os direitos humanos recorremos a pesquisas bibliográficas e na internet, mas sobretudo utilizamos entrevistas com reverendos e bispos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB da Diocese do Recife. Foram entrevistados o cientista político e Bispo Diocesano Dom Robinson Cavalcanti, o Bispo Sufragâneo Dom Filadelfo Oliveira Neto, o reverendo e mestrando em ciências políticas pela UFPE, Manoel Moraes, Secretário Diocesano de Direitos Humanos e o reverendo, teólogo e, reitor do Seminário Teológico Anglicano do Recife (SAET) Jorge Aquino que tem atuado na defesa dos direitos humanos de forma contundente no Estado do Rio Grande do Norte.⁶

O anglicanismo exerceu uma relação ambígua com os direitos humanos na modernidade: em seu movimento de expansão – que se realizou sobretudo na época do colonialismo - foi extremamente infeliz na forma de tratar as populações dos países aonde chegou. Pode-se dizer que, em meados do século XIX, o anglicanismo na Índia, no Quênia, na África do Sul e em outros países coloniais não representou, na verdade, um modelo de relacionamento com as populações autóctones. Somente a partir do século XX nota-se uma mudança, particularmente nos textos das Conferências de Lambeth, onde vê-se uma preocupação crescente com o testemunho, com a defesa dos direitos humanos, uma preocupação crescente com a defesa da integridade física e moral da pessoa humana. Isso se deve também ao espaço crescente que vem sendo ocupado, a partir do final do século XIX, pelos

⁶ Estas entrevistas foram feitas no Centro Diocesano da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB na cidade do Recife e na residência do Bispo diocesano Dom Robinson Cavalcanti. Para estas entrevistas foi usado um questionário que se encontra em anexo na monografia.

leigos e pelas mulheres dentro da igreja; o que vai indicar existência de uma virada muito forte nas diretrizes das Igrejas.

No Brasil a história é um pouco diferente, uma vez que o país não foi uma colônia do Império Britânico. A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil n teve três fontes históricas:

1. Uma inglesa que era basicamente uma assistência espiritual para os expatriados, no período que compreende os anos de 1810 a 1890, quando foi uma igreja voltada apenas para ingleses: ela não se preocupava sequer em cultuar em português, muito menos preocupava-se com a população brasileira. O trabalho pastoral da Igreja Anglicana, nesta época, se limitava ao trabalho de pastoral nos portos e a dar uma assistência pastoral a ingleses que se aventuravam no interior do país para trabalhar na construção, por exemplo, de estradas de ferro.

2. Uma japonesa, sobretudo em São Paulo para imigrantes japoneses;

3. e a terceira com as missões oriundas dos EUA

Obviamente, no início, a Igreja possuía uma visão social mais assistencialista, mais voltada para a criação de orfanatos, asilos, escolas e algumas outras obras sociais para a comunidade estrangeira. Será somente a partir da proclamação da República que os anglicanos se voltam para os brasileiros.

A partir da primeira e da segunda década do século XX, algumas bandeiras extremamente interessantes começam a ser defendidas pelos ingleses anglicanos aqui no Brasil. Entre estas bandeiras figurará a defesa da população negra, no Sul do Brasil onde havia um significativo percentual de negros. Nota-se também que, no final do século XIX, surge a defesa de algumas idéias republicanas, antes mesmo da proclamação da Republica, que já estavam ganhando vida com a chegada de alguns anglicanos aqui no Brasil; ideais republicanos que na realidade se identificam com as idéias dos EUA, originadas na Guerra da Secessão, onde o Norte era muito mais liberal, enquanto que o Sul era mais conservador.

Os missionários que vieram para o Brasil eram, na sua maioria, oriundos do norte dos EUA, e trouxeram esta leitura muito mais liberal, muito

mais voltada para o desenvolvimento que os habitantes do Sul dos EUA, que eram oriundos de uma cultura escravagista e conservadora. Os missionários anglicanos possuíam esta característica ambígua.

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB, começou a sua caminhada nos direitos humanos desde o seu real surgimento no Brasil, quando entre 1934 e 1964 a IEAB integrava a Confederação Evangélica do Brasil, sendo um dos primeiros fóruns inter-protestantes do mundo: nesse fórum existia um departamento de responsabilidade social. A IEAB participou por 30 anos dessa entidade que foi fechada durante a ditadura militar.

Durante o golpe militar, na década de 60, registram-se algumas manifestações populares promovidas por sindicatos, associações, estudantes e igrejas. Foi durante a ditadura militar que foi criado o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC). De acordo com Dom Robinson Cavalcanti:

Uma das pautas de trabalho do CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs) é a afirmação dos direitos humanos e a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB é membro pleno dessa instituição. E também as cartas pastorais da Câmara dos Bispos, ao longo das últimas décadas, têm tratado das questões mais estratégicas do Brasil.⁷

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil tomou algumas atitudes, e tiveram também algumas ações pessoais de bispos, como por exemplo, Dom Sumitso Takatso que, de acordo com o reverendo Jorge Aquino

deu guarida a algumas pessoas que estavam sendo procuradas pelo regime militar na época. Ele, por assim dizer, “exportou”, enviou algumas pessoas para lugares seguros fora do Brasil, como o caso do reverendo Caetano, que recebeu todo o apoio dos bispos, para fugir do Brasil para não ser preso e provavelmente torturado, que era prática comum há época, do regime militar. Enfim, desde o início do

⁷ Entrevista concedida ao autor. As citações a seguir foram retiradas das entrevistas concedidas ao autor pelos membros da IEAB da Diocese do Recife.

movimento de defesa dos direitos humanos a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil estava presente.

Há dois anos, a IEAB participou, em conjunto com outras Igrejas, da experiência da única campanha da fraternidade ecumênica. Nos seminários anglicanos essa temática é colocada na perspectiva chamada de “teologia da missão integral”, que defende a tese de que não somente é preciso cuidar da dimensão mística ou espiritual, mas também das indicações éticas e sociais, dado que é um projeto de vida para todo servo de Deus levar a fé e a esperança para todas as pessoas, independentemente de credo.

Apesar da participação da Igreja na luta em defesa dos direitos humanos em meio à ditadura militar, ela só criou a sua Comissão de Defesa dos Direitos Humanos em 1987, pela iniciativa do então presbítero Robinson Cavalcanti. A idéia surgiu com a visita do Arcebispo Desmond Tutu da África do Sul à cidade do Recife. Premio Nobel da paz e grande força moral de combate ao *apartheid* no seu país, Tutu era Primaz da Igreja Anglicana na África do Sul.

Entretanto a Secretaria de Direitos Humanos da IEAB – da Diocese do Recife, na época Comissão, passou por um momento de esfriamento, em função das limitações que um presbítero tem dentro de uma Diocese: afinal de contas é preciso que haja uma decisão episcopal para que uma secretaria funcione. E somente quando o então presbítero tornou-se bispo que foram dados os primeiros passos para esta Comissão tornar-se uma Secretaria.

Como Comissão, a atual Secretaria de defesa dos direitos humanos, sempre esteve à margem das ações da igreja, não dispondo de muita força dentro da Diocese. A partir da eleição do bispo Dom Robinsom Cavalcanti, alguns dos seus auxiliares diretos, que já militavam na área de direitos humanos, deram o primeiro passo para o ressurgimento e natural transformação, daquela Comissão em Secretaria de Defesa dos Direitos Humanos.

Criada em 1999 como Secretaria Diocesana de Defesa dos Direitos Humanos, após a reforma canônica, contou com o trabalho de algumas pessoas como o reverendo Jorge Aquino, que já atuava em defesa dos direitos humanos

em Natal, no Rio Grande do Norte; teve como seu primeiro secretario o reverendo Marcos Cosmo, sendo posteriormente substituído pelo reverendo Manuel Moraes, dando daí início a um processo natural, pelo qual esta secretaria começasse a aglutinar algumas pessoas que já trabalhavam com direitos humanos há algum tempo, como também outros simpatizantes da idéia.

Inicialmente a sua função interna era de conscientizar a Diocese para sua responsabilidade junto aos Direitos Humanos; em seguida, a Secretaria teve também a função externa de representar a Diocese em acontecimentos, expressando a voz e a solidariedade da Igreja diante das lutas juntamente com outros organismos da sociedade civil.

Uma vez montada e estruturada, a “Secretaria Diocesana de Defesa dos Direitos Humanos Desmond Tutu” da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – Diocese do Recife, começou a interagir com outras entidades como o GAJOP – Gabinete de Assistência Jurídica a Organizações Populares, o CENDHEC – Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social, o Centro Luiz Freire, entre outros. Hoje a Secretaria é uma das referencias na luta pelos direitos humanos em Pernambuco, sendo atualmente a articuladora do Movimento Nacional de Direitos Humanos, assim como participante de vários outros fóruns.

A seguir apresentaremos a opinião dos entrevistados sobre alguns temas centrais da relação do anglicanismo com os direitos humanos.

2.2. Mensagem cristã e direitos humanos

Existe uma opinião predominante atualmente na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB, especificamente na Diocese do Recife de que há uma compatibilidade muito grande entre os princípios teológicos do cristianismo e a doutrina dos direitos humanos. Uma leitura, ainda que superficial, da tradição teológica cristã mostra que, nas escrituras sagradas, a vida humana é sempre colocada como algo único e importante: afinal o homem é descrito como imagem e semelhança de Deus.

A IEAB/Diocese do Recife compreende que os direitos humanos são, ao mesmo tempo, um direito do homem e uma exigência de Deus uma vez que a vontade de Deus é a felicidade do homem. Entretanto, a felicidade do homem passa pelo respeito aos seus direitos básicos como a dignidade da pessoa humana. A vontade de Deus, o desejo de Deus é que o homem seja feliz e a defesa dos direitos humanos é algo que se pode, com toda certeza fundamentar, solidificar, nas Escrituras. Desta forma, não será encontrada disjunção entre valores religiosos e laicos, observando-se, de uma forma menos complexa, que ambas as coisas podem caminhar juntas não havendo nenhuma sobreposição.

Entretanto, durante os séculos de cristianismo, muita barbaridade e atrocidades foram feitas em nome de Deus. Segundo o reverendo Jorge Aquino, reitor do SAET – Seminário Teológico Anglicano do Recife, a leitura bíblica que se fazia naquela época era uma leitura bastante preconceituosa, uma leitura bastante eurocêntrica, culturalmente determinada, voltada para a supremacia branca e a crença em um Deus baseada no medo do após morte. Ainda segundo o reverendo Jorge Aquino:

A escritura valoriza a vida, valoriza a dignidade do homem, porque o homem é criado por Deus, à sua imagem e semelhança, o homem é abençoado por Deus, é dado ao homem o dever teológico de gerar a vida e lhe é vetado o direito de matar, de tirar a vida. Jesus chega a dizer que veio para dar a vida e vida em abundancia, então fundamentar teologicamente a pena de morte, fundamentar teologicamente uma postura de agressão à vida. Particularmente hoje em dia, em que a gente compreende que vida não é só vida humana, que a gente vive em um mundo que está vivo, a vida no seu sentido mais lato precisa ser defendida, e aí há aspecto de eco-teologia, e há um profundo respaldo na escritura para isso também.

Nos ofícios religiosos e nos sermões durante os cultos são tecidas análises críticas diante de um país que foi inicialmente alvo de uma colonização do império português, cujas transformações políticas maiores como no caso a proclamação da Independência, a Abolição da escravatura e a

proclamação da República, não trouxeram alterações no desenho concentrador de renda, do poder, da propriedade. O resultado disso fez com que o país fosse social e regionalmente assimétrico e provocou as discriminações sociais, sexuais, de raças, a exclusão e a exploração, especialmente de mulheres, crianças, negros e imigrantes. No Brasil, a prática da tortura ainda é muito comum nas delegacias e presídios, onde se torna um elemento que faz parte da investigação policial. O Brasil é um país onde há uma distribuição de renda injusta e cruel, onde a grande concentração de renda está restrita nas mãos de menos de 5% da população, ou seja, uma minoria privilegiada. Um país onde campeia a injustiça de todas as suas formas, onde campeia a fome, a má distribuição de renda em decorrência disso gerando a violência.

A IEAB sempre tem se manifestado a respeito da exclusão social, afirmando de que há uma relação de causa e efeito entre a exclusão social, a má distribuição de renda e a violência e a criminalidade fruto desta. A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB, através da Diocese do Recife entende que em se resolvendo o problema da má distribuição de renda, se resolvendo os problemas da fome e da miséria, da educação, em decorrência disto você vai conseguir resolver os problemas relacionados com os direitos humanos, afinal de contas comer também é direitos humanos, ir a escola também é direitos humanos, ou seja, ter uma condição digna de vida. Isto é, direitos humanos.

Por isso, a análise da IEAB/Diocese do Recife parte do reconhecimento de que os direitos humanos no Brasil ainda estão em construção. A IEAB/Diocese do Recife, através da sua Secretaria Diocesana de Direitos Humanos, tem feito uma série de denúncias de violações dos direitos humanos e também propostas a sociedade, para juntos reconstruir uma nova relação humana baseada numa ética social mais justa e cristã.

2. 2.1. Liberdade religiosa

Durante o longo período das guerras de religiões, nos séculos XVI e XVII, as pessoas entediam que a idéia de uma tolerância religiosa ameaçaria a crença na verdade absoluta de sua religião, o que levava ao relativismo

religioso; assim, tolerar o outro seria tolher ou limitar a sua própria ação missionária. Hoje já não se pensa mais assim, mas se garante o direito de todas as pessoas expressarem a sua crença, de terem a sua própria religião, como consta no inciso VI, do artigo 5º da nossa atual Constituição Federal, que diz:

É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

O inciso do artigo acima citado dá ao povo brasileiro uma total liberdade de crença, e isso de forma nenhuma implica em uma diminuição do fervor evangelístico de qualquer denominação religiosa ou igreja, e sim em uma preciosa liberdade para que cada um adore a Deus da sua forma.

O anglicanismo, por si, surge em um ambiente bastante liberal, bastante inclusivo neste aspecto, uma vez que, como vimos acima, admite, ao seu interior, pelo menos três grandes correntes doutrinárias: o anglo-catolicismo, o evangelismo e o liberalismo. O anglicanismo não exclui quem quer que seja como interlocutor ou parceiro. Desta forma, seria um contra-senso para um anglicano defender que alguém não tenha o direito de expressar a sua religião. Utilizando uma famosa frase de Voltaire a respeito de Rousseau, pode-se dizer que o anglicano pode até discordar da doutrina religiosa de outro, mas lutará com todas as suas forças para que o outro tenha o direito de expressar o que pensa e cultivar a sua religião.

2. 2.2. Orientação sexual

Juntamente com a liberdade religiosa, começa-se a discutir nas igrejas a liberdade sexual, a orientação sexual e a opção por uma identidade homossexual ou, como preferem alguns, uma identidade homoerótica. A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil não tomou, como província, nenhuma decisão além ou depois da última Conferência de Lambeth, portanto deve-se crer que a província da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil tem seguido as orientações de Lambeth 98.

Entretanto, algumas províncias como a do Canadá, já abençoam uniões homossexuais, fato este ocorrido na decisão do ultimo Sínodo da Igreja Episcopal Anglicana do Canadá, após uma longa discussão. Vale salientar, nesse caso, a importância da própria história sócio-cultural do Canadá e o lobby feito por grupos homoeróticos junto as mais diversas congregações.

No caso da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, ela não tomou nenhuma postura nem a favor nem contra. No Brasil, a discussão sobre esse tema ainda engatinha. O Bispo Dom Robinson Cavalcanti, quando pastor, foi um dos poucos no Brasil a subscrever um manifesto de pastores apoiando a emenda da Deputada Marta Suplicy na luta pelo direito de cidadania dos indivíduos de identidade homoerótica. Porém, não há nos Cânones da igreja nenhuma declaração apoiando a prática do homossexualismo. Entretanto, já há um certo avanço na compreensão da identidade homoerótica no sentido que há declaração, nos Cânones da igreja, que toda forma de homofobia deverá ser discriminada pela Igreja Episcopal Anglicana.

2.2.3. Eutanásia

Outro assunto polêmico na discussão nas igrejas, qualquer que seja a sua denominação, é a eutanásia, palavra que vem do grego *eu-thanatós*, que significa “boa-morte”, isto é, uma morte sem sofrimento. A IEAB não se pronunciou a respeito, e por isso temos que recorrer novamente à Conferência de Lambeth 98 para comentarmos tal fato. Em Lambeth, a decisão é contrária à eutanásia e também ao aborto. Há, no entanto, uma discussão entre alguns reverendos no Brasil, que não vêem dificuldades éticas religiosas quanto à eutanásia passiva, que seria a suspensão medicamentosa e o desligamento de aparelhos quando isso só servisse para manter viva artificialmente a pessoa deixando-a em um estado vegetativo. Alguns reverendos da IEAB entendem que, em determinadas situações como estas, a eutanásia passiva é uma saída eticamente plausível, e que, do ponto de vista de uma ética hierárquica, seria, digamos, o mal menor, ou seja o fim da prolongação de um sofrimento irreversível. Entretanto, tal opinião não corresponde à eutanásia ativa, que

seria a provocação deliberada da morte; esta opção não encontra nenhuma simpatia por parte dos membros da igreja.

2.2.4. Religião e ética mundial: a proposta de Hans Küng.

O teólogo suíço Hans Küng - de formação católica, mas que se define, há algum tempo, como “teólogo ecumênico” - vem desenvolvendo uma ampla reflexão sobre a necessidade de uma consciência ética universal”, em alemão *Weltethos*, isto é, *ethos mundial*. Isso não significa afirmar a necessidade da imposição de uma determinada doutrina filosófica ou teológica sobre atitudes, valores e normas morais para todo o mundo, mas o descobrimento de uma atitude moral básica do homem, considerado individual ou coletivamente que permita a convivência pacífica e a tolerância entre culturas e religiões diferentes.

Hans Küng critica a lógica adotada como critério para as decisões empresariais, que visam apenas a obtenção de capital a curto prazo. Agindo desta forma, fica impossibilitado um comprometimento destes empresários para com seus funcionários, visto que os benefícios concedidos a eles são como enclaves a uma maior captação de rendimentos. Desta forma o mercado não é capaz de promover a distribuição de recursos para os membros da prática globalizante porque o capital se mantém restrito nas mãos de uma pequena elite financeira e política, repleta de valores capitalistas e individualistas.

Porém, a contradição mais absurda é cometida por esta mesma elite, como já ressalta o próprio Hans Küng:

Não é o consumo de luxo que decide, a longo prazo, sobre a qualidade de uma situação econômica, mas sim uma melhor infra-estrutura, uma maior segurança, um mundo ambiente intacto, e (...) os trabalhadores com melhor formação, nos quais é preciso investir.⁸

⁸ KÜNG, Hans, *Uma ética global para a política e a economia mundiais*, Vozes, Petrópolis 1999. p. 312

Neste sentido, são fundamentais valores éticos como a dignidade humana, a justiça social, a solidariedade e a caridade, que priorizam um novo paradigma econômico que prioriza o direito a vida e todos os demais direitos humanos e não o domínio da concorrência, da competitividade e do lucro.

O teólogo também afirma que, para a realização deste *ethos mundial*, é necessária a colaboração de todas as grandes religiões que, de instrumento de guerra e intolerância devem se tornar um instrumento de paz e de compreensão entre os povos. Durante o Fórum Internacional das Religiões Mundiais, Hans Küng expressou esta convicção com uma frase que se tornou famosa: “Não haverá paz no mundo sem paz entre as religiões”.⁹

O reverendo Jorge Aquino apóia o caminho indicado pelo teólogo suíço, ao afirmar que:

Já há entre alguns teólogos uma afinidade com a postura de Hans Küng. Particularmente eu posso verificar em alguns teólogos, em alguns expoentes da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, principalmente na Diocese do Recife, uma certa afinidade com a postura de Hans Küng, as propostas éticas dele são factíveis, desejáveis. É uma ética mundial, é algo que passa necessariamente pela religião, passa necessariamente mais entre as pessoas.

A igreja anglicana tem contribuído com este diálogo de forma expressiva, impulsionada por pessoas profundamente envolvidas tais como o prêmio Nobel da Paz, Bispo Desmond Tutu. A Igreja Episcopal Anglicana tem promovido fórum de debates e um diálogo internacional com mulçumanos, judeus e hindus entre outros. Na agenda destes encontros inter-religiosos, há itens como a defesa dos direitos humanos, a defesa a liberdade religiosa, o papel da mulher na sociedade. Tudo isso tem sido citado nos documentos resultantes dos encontros de diálogos religiosos entre anglicanos/judeus,

⁹ Ver: KÜNG, Hans *Projeto de Ética Mundial. Uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*, Paulinas, São Paulo 1998.

anglicanos/mulçumanos, anglicanos/budistas, prática esta muito comum e cada vez mais freqüente.

A Igreja Episcopal Anglicana acredita de que a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU deve ser tomada como documento fundamental e em conjunto com alguns documentos e campanhas feitos pelas próprias igrejas como a campanha da Fraternidade, realizada todos os anos pela CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Segundo o reverendo Manoel Moraes “a vida humana seria o valor ético fundamental para esta proposta de uma ética mundial”.

2.2.5. Escatologia e fundamentalismo

Os ataques terroristas da atualidade são um bom exemplo de como, ao contrário das opinião de Hans Küng, a religião está sendo utilizada para promover a guerra “em nome de Deus ou do diabo”. Na verdade, apesar dos apelos contrários dos fundamentalismos ocidentais e orientais, a IEAB entende que os ataques “terroristas” não são o cumprimento das escrituras, mas que são simplesmente explicáveis como uma reação à política externa norte-americana, que também, devido aos seus estragos, deva ser chamada de terrorista.

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, principalmente na Diocese do Recife, rejeita a crença numa ação divina, ou satânica, mas acredita no fato de que são todas muito humanas, demasiadamente humanas.

Há sim uma dimensão religiosa à medida que a religião tem sido utilizada para alimentar o ódio. Neste ponto o fundamentalismo tem sido utilizado para alimentar o ódio entre as religiões, mas o islamismo em si já conviveu em paz com o cristianismo e com o judaísmo por centenas de anos sem nenhuma dificuldade. O que está acontecendo no mundo hoje não é um problema religioso é um problema político-econômico, de política externa. Um problema de dominação e exploração, da política americana sobre os demais países do mundo, querendo de todas as formas impor a sua lei, passando por cima muitas vezes da soberania de outros países.

A religião entraria apenas como uma forma de legitimação metafísica como uma meta-narrativa. É um erro crer que tudo isso tem uma razão religiosa porque não tem. A única razão é simplesmente política-econômica.

2.3. A ação da IEAB para a promoção dos direitos humanos

O papel não só da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, como das igrejas como um todo, é atuar como intelectual orgânico na sociedade. A igreja pode, em primeiro lugar, denunciar e pode ajudar a transformar a sociedade. Tudo isso faz parte de uma dimensão profunda da igreja, que é esta dimensão da denuncia. A igreja pode educar, criar uma geração de pessoas mais conscientes, transformar os cultos e missas em locais não de alienação pela fé, mais em locais de esclarecimento da realidade, onde uma leitura mais crítica possa ser apresentada para as pessoas.

Nesta visão, segundo o Reverendo Jorge Aquino:

as escolas dominicais poderiam se transformar em espaços, não de discussão a respeito de “quantos anjos cabem na cabeça de um alfinete?”, mas a respeito da fome, da violência, da miséria e de como a igreja pode contribuir para o fim disso.

A igreja tem um papel importante também na dimensão pastoral, ao tratar, ao cuidar, ao receber, ao acolher o necessitado, o pobre, o despossuído, enfim, a igreja tem um papel pastoral, um papel profético e um papel didático; estes três papéis não podem ser omitidos ou jogados fora. A igreja precisa assumir esse papel, pois quando não faz isso a sociedade perde muito porque a igreja é uma instituição credenciada para essa função.

A atuação das igrejas nas parcelas mais carentes da sociedade pode ser enriquecedora para todos. No caso a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, possui muitos trabalhos com pessoas, e com essa parcela mais carente da sociedade em todo o país.

Do Sul ao Norte deste país verificam-se espaços de promoção dos direitos humanos nas Dioceses. Como, por exemplo, na Diocese de Pelotas/RS

há um trabalho com pescadores, que favorece a criação e o desenvolvimento de instituições onde os pescadores se fortalecem, e conseguem maior ação para vender o seu produto. Já na cidade do Rio de Janeiro/RJ há algumas ações concretas na área de educação, como no caso do Morro Dona Marta, por exemplo, na cidade de Deus, onde foi filmada aquela película famosa do mesmo nome.

Na periferia de Recife, alguns trabalhos sociais importantes são desenvolvidos pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil com meninos de rua. A IEAB atua também no lixão de Olinda, como também no Curado em Jaboatão dos Guararapes, na comunidade de São Vicente de Paula em Caruaru. Temos também ações em Natal – Rio Grande do Norte e na Favela do Caxitú em João Pessoa na Paraíba. E além disso você tem o trabalho pessoal de alguns clérigos que se envolvem nos movimentos sociais como dos trabalhadores sem-teto, que é o caso do reverendo Marcos Cosme, que foi o primeiro secretário da Secretaria Diocesana de Direitos Humanos. Nesses assentamentos a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) – Diocese do Recife tem realizado uma ação pastoral, através do Reverendo Marcos Cosme. Já na área urbana a IEAB/Diocese do Recife tem tido uma ação mais emergencial nas áreas de educação e saúde, na qualificação de mão de obra e por outro lado fomentando a criação de associação de moradores, de clubes de mães e clubes de pais e mestres. A igreja tem feito também parcerias com o poder público e com ONG's e apoiado os movimentos sociais transformadores e também agindo no próprio movimento de direitos humanos através de sua secretaria.

2.3.1. Calendário de atividades de promoção de direitos humanos da IEAB/Diocese do Recife

Neste período ela organizou e participou de alguns atos e eventos na luta em defesa dos direitos humanos, como os citados abaixo.

No ano de 2000, a Secretaria Diocesana de Direitos Humanos Desmond Tutu da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, da Diocese do Recife realizou e participou dos seguintes eventos:

No mês de **maio**:

1. Ato contra a violência em Escada. Protesto organizado pelo Movimento Popular de Escada, em denúncia do assassinato da criança Liliana de 3 anos, morta por um tiro perdido

2. Presença da Secretaria Diocesana de Direitos Humanos Desmond Tutu da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, da Diocese do Recife na Câmara de Vereadores de Olinda em Sessão Especial em Comemoração dos 500 anos de Exploração do Brasil, convite feito pelo Vereador Marcelo Santa Cruz.

4. Presença na reunião no MTC – Movimento dos Trabalhadores Cristãos, sobre uma rede de entidades da sociedade civil organizada na pressão aos Deputados Estaduais a agirem com independência, isenção e espírito público, no tocante ao relatório que seria apresentado e votado secretamente pela Assembléia Legislativa sobre a cassação de um dos seus pares, o hoje, ex-deputado Eudo Magalhães.

5. Participação na caminhada no município de Pesqueira/PE com um grande número de entidades e povos indígenas com o objetivo de realizar um ato público no bairro Xucurú, local onde o cacique Francisco de Assis Araújo (Xicão) foi brutalmente assassinado na porta da casa da sua irmã, em 20 de maio de 1998.

6. Audiência Pública na Assembléia Legislativa, onde foi entregue aos Srs. Secretários de Segurança Pública e ao Presidente da Assembléia Estadual o manifesto “Repúdio à Violência - Pelo Direito à Vida”, e minuta de Lei para a criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos em PE.

No mês de **junho** a Secretaria realizou e participou do Movimento Pela Paz Contra a Violência e a Impunidade, (Ato Ecumênico na frente da Assembléia Legislativa dia 07.06.00).

Os meses de **julho e agosto** foram bastante atribulados com os seguintes fatos:

Debate em Geraldo Freire sobre a violência (7.07.00).

Ato Basta! Eu quero Paz (7.07.00).

Recife pela Paz (8.07.00).

Palestra sobre Fé e Política, na Paróquia Católica Romana da Caxanga (8.07.00).

Lançamento do Fórum Permanente da Cultura de Paz - UNESCO (12.07.00).

O acompanhamento da prisão de um grupo de Trabalhadores Rurais Sem Terra (15.07.00)

Reunião no Fórum da Cultura à Cidadania (15.07.00).

Reunião do Fórum Pernambuco pela Cultura à Cidadania (15.07.00).

Reunião de Avaliação do Basta Eu Quero Paz no MTC – Movimento de Trabalhadores Cristãos (19.07.00).

Palestra aos Cabos e Soldados da Polícia Militar de Pernambuco sobre Direitos Humanos no Curso de Formação de Cabos e Soldados CEFAP a convite do GAJOP – Gabinete e Assessoria Jurídica a Organizações Populares (20.07.00).

Participação na “1º Consulta Internacional da América Latina sobre Desarmamento organizado pelo Conselho Mundial de Igrejas”, realizado na cidade do Rio de Janeiro (De 24 a 28. 07.00).

Ação conjunta com a Secretaria de Ação Social sobre a emergência das Chuvas em Pernambuco.

Na primeira viagem ao município de Palmares/PE, por conta da enchente, foram registradas as conseqüências da chuva e a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) – Diocese do Recife auxiliou na entrega de 6 (seis) toneladas de donativos (6.08.00).

Já a segunda Viagem para o município de Palmares/PE, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) – Diocese do Recife trabalhou na organização e criação do Comitê de Recepção de Donativos, para receber 1.400 (um mil e quatrocentas) cestas básicas adquiridas com a CESE (12.08.00).

Neste mês de agosto também foi realizada uma oficina sobre Direitos Humanos - “Direitos Humanos, e eu com isso!”. Na Conferência Missionária - Paróquia do Espírito Santo na cidade de Jaboatão de Guararapes/PE (19.08.00).

No mês de **setembro** a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) – Diocese do Recife participou, através de seu Secretaria Diocesana de Defesa dos Direitos Humanos do VI Grito dos Excluídos (7.09.00). Em outubro foi assinado um manifesto em conjunto com entidades como o CENDHEC –Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social, o GAJOP – Gabinete de

Assessoria Jurídica a Organizações Populares, o Tortura Nunca Mais e a Ordem dos Advogados do Brasil seccional de Pernambuco – OAB/PE. A OAB/PE entregou este documento ao Governo do Estado e a Secretaria de Defesa Social sobre a greve.

No dia 28 de outubro de 2000 a Secretaria Diocesana de Defesa dos Direitos Humanos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) – Diocese do Recife, realizou uma Celebração Ecumênica na Praça da República com os policiais militares grevistas e seus familiares. E no dia 30 deste mesmo mês Secretaria Diocesana de Defesa dos Direitos Humanos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) – Diocese do Recife esteve, em conjunto com outras entidades e políticos em uma audiência com o Governador Jarbas Vasconcelos, que culminou com o desfecho da greve dos PMs.

Já em **novembro** Secretaria Diocesana de Direitos Humanos Desmond Tutu da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, da Diocese do Recife passa a ter assento no Conselho Regional da Comunidade, Órgão da Execução Penal no trato a questão dos apenados (17.11.00).

A Secretaria Diocesana de Defesa dos Direitos Humanos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) – Diocese do Recife, participou da II Jornada de Debates - Fundação Joaquim Nabuco, debate sobre segurança pública (23.11.00). E de uma reunião extraordinária do Conselho Regional da Comunidade por conta de denúncias de tortura (23.11.00).

Já **o ano de 2001** começou com a participação da Secretaria Diocesana de Direitos Humanos Desmond Tutu da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, da Diocese do Recife na Campanha de Solidariedade ao Povo de El Salvador, vítimas de Terremoto, no início do mês de fevereiro. Já no mês de março a Secretaria Diocesana de Direitos Humanos Desmond Tutu da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, da Diocese do Recife participou da Caminhada “Paz na Cidade” Recife 464 anos, onde 6.000 (seis mil) crianças nas ruas da cidade participaram inaugurando as comemorações do ano letivo Dom Helder Câmara. O Reverendo Marcos Cosmo esteve presente a este evento que foi promovido pela Secretaria de Educação da Cidade do Recife (12.03.01). Também neste mesmo mês a Secretaria Diocesana de Direitos Humanos Desmond Tutu da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, da Diocese do Recife participou do I

Fórum da Paz, da Solidariedade e dos Direitos Humanos – Cabrobó/PE - Este evento foi organizado pela Divisão de Direitos Humanos da Prefeitura da cidade de Cabrobó, que fica no sertão pernambucano, a Secretaria Diocesana de Direitos Humanos da IEAB/Diocese do Recife participou de um painel com o tema “Vida, paz e solidariedade à luz do cristianismo”.

O mês de **abril** foi marcado pela participação da Secretaria Diocesana de Direitos Humanos da IEAB/Diocese do Recife na assinatura do Pacto Pelo Desarmamento, na Câmara de Vereadores de Olinda (10.04.01); e no lançamento do Comitê de Promoção aos Direitos Humanos da Prefeitura da Cidade do Recife (17.04.01); e do I Seminário do Conselho da Comunidade (27.04.01).

Em **junho** a Secretaria Diocesana de Direitos Humanos Desmond Tutu da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, da Diocese do Recife participou do Fórum Acadêmico: Pensando a Violência – Debate com a Promoção da Paz e a Prevenção da Violência com o Coronel Joarez Alves Pereira, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, da Presidência da República (26.06.01). e também do Seminário sobre Instituições Policiais promovido pelo Instituto Cidadania e Fundação Djalma Guimarães, no Mar Hotel, na cidade de Recife/PE (30.06.01).

A Secretaria de Direitos Humanos, conjuntamente com a Paróquia do Bom Samaritano da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB, realizou um Seminário Cidadania e Ética Cristã: Violência Urbana e Proteção dos Direitos Humanos. Nos dias 8, 9 e 10 de agosto de 2001, na abertura o Reverendo Manoel e o Reverendo Filadelfo, hoje bispo sufragâneo, partilharam da mesa com representantes da Secretaria da Defesa Social e o Vice- Prefeito do Recife Luciano Siqueira, no dia 10 teve a presença de Luciano Oliveira do Mestrado de Ciência Política da UFPE, representantes da DYJUMBAI – Movimento Negro e do Governo Federal.

No dia vinte e seis de outubro a Secretaria Diocesana de Direitos Humanos da IEAB/Diocese do Recife esteve presente no ato de assinatura da Lei que reformula o Conselho Municipal de Direitos Humanos e estabelece entre outros um fundo municipal para o tema.

No ano de 2002, além de se tornar o articulador responsável pelas ações do Movimento Nacional de direitos Humanos em Pernambuco a

Secretaria Diocesana da IEAB/Diocese do Recife teve entre várias ações. Pode-se destacar três atividades de intervenção política no Estado de Pernambuco de discussão dos procedimentos dos aparelhos de segurança públicas do estado: As denúncias sobre as violações da 2ª segunda seção da PM, no sertão, o Relatório da Torturas do Município de Floresta, Campanha pela libertação do índio Dandão.

Já no mês de **janeiro** a Secretaria Diocesana de Direitos Humanos Desmond Tutu da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, da Diocese do Recife teve participação nas reuniões da Comissão Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco sobre as Denúncias contra a 2ª sessão da Polícia Militar do Estado e a apuração das denúncias de tortura e violência policial e abuso de poder na comunidade da Vila dos Milagres- Ibura de Baixo no município de Jaboatão dos Guararapes/PE.

No mês de **fevereiro** a Secretaria Diocesana de Direitos Humanos ajudou a redigir e assinou a Carta Contra Impunidade da Chacina de Rio Doce, onde 8 jovens foram brutalmente assassinados sem motivo algum, vítimas de um grupo de extermínio. Participou da reunião para Implantação do Conselho Municipal de Direitos Humanos da Cidade do Recife.

Em **março** a Secretaria Diocesana de Direitos Humanos participou de uma audiência Pública na Assembléia Legislativa sobre: Grupos de Extermínio na Polícia Militar de Pernambuco. Também esteve presente na reunião preparatória de formação do Comitê Político Estadual Contra a Tortura, reunião com o relator especial da ONU para Alimentação e Moradia, no Ministério Público Estadual de Pernambuco e na viagem ao município de Floresta no sertão pernambucano, para verificação dos casos de violações de Direitos Humanos.

No mês de **Abril** de 2002, a Secretaria Diocesana de Direitos Humanos esteve presente a uma reunião com a Anistia Internacional na Sede do GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica a Organizações Populares e de um ato Ecumênico contra a violência na morte do prefeito da cidade Santo André/SP, Celso Daniel.

No mês de **Mai**o de 2002, a Secretaria Diocesana de Direitos Humanos esteve presente no Congresso Nacional do Movimento Nacional de Direito

Humanos em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro e realizou uma viagem ao município de Pesqueira no agreste pernambucano, com outras entidades para a Celebração Ecumênica da Morte do Cacique CHICÃO.

Nos meses de **junho e agosto** a Secretaria Diocesana de Direitos Humanos participou da reunião do Comitê de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, da reunião de elaboração do “Grito dos Excluídos”, de um seminário de Avaliação da Campanha Permanente contra a tortura e de uma visita, já no mês de agosto a cidade de Caruaru/PE, para verificação de denúncias de Tortura no Presídio Juiz Plácido de Souza.

2.3.2. A IEAB/Diocese do Recife e a formação aos direitos humanos

Para que a Secretaria Diocesana de Direitos Humanos realize tais tarefas se faz necessário a formação constante de novos quadros de voluntários, pois nenhum membro da Secretaria recebe salário para efetuar as ações. Eles são convidados entre membros da IEAB ou simpatizantes da causa dos direitos humanos. Todos passam por seminários explicativos das ações que cabem a Secretaria Diocesana de Direitos Humanos e da importância da defesa dos direitos humanos na sociedade.

Esta é uma forma da igreja combater esta desigualdade social. Essa mesma desigualdade social que acaba gerando o afastamento entre pais e filhos, pois a luta diária pela sobrevivência acaba fazendo com que uma tensão nasça dentro da família, crie conflitos, isso rompe laços, isso rompe famílias, e desestrutura relacionamentos.

A igreja deve poder intervir na medida em que ela pode disseminar a idéia do perdão, a idéia do acolhimento, e mostrar que pais precisam perdoar filhos, filhos precisam perdoar pais. Até pela sua falta de presença na vida dos filhos. As pessoas se envolvem tanto com a sobrevivência diária, onde é preciso correr tanto que acabam gastando pouco tempo com coisas que são realmente importantes: com a vida, com os filhos, com a saúde dos relacionamentos e quando as pessoas invertem a ordem de interesse ou da importância das coisas acabam pagando mais caro. Desta forma, talvez algumas pessoas consigam uma posição social até razoável mais as custas de um

relacionamento pior com sua esposa, com seu marido, com seus filhos. Coisas que efetivamente não voltam mais.

Estes problemas têm sido discutidos em alguns fóruns com a participação da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Estes fóruns de entidades que englobam não apenas ONG's, mas também igrejas que trabalham juntas para solucionar ou minorar este tipo de problemas. Um destes fóruns é o CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristã). A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil faz parte do CONIC que, entre suas ações, promove uma campanha para a superação da violência domestica, e também da violência dentro da própria igreja, em que sacerdotes, reverendos, diáconos ou párocos que agriem as pessoas.

A IEAB/Diocese do Recife tem estado presente em todos os fóruns locais, regionais, e nacionais que promovem os direitos humanos, pois a sua Secretaria Diocesana de Defesa dos Direitos Humanos acredita que a luta pelos mesmos não deve ser um espaço de competição de entidades. Por ser uma luta tão imensa e com uma carência tão grande, ela deverá se dar em permanente cooperação dos vários organismos. A postura da igreja é de estar junto com as demais outras organizações, não agindo isoladamente, mas aglutinando pessoas e entidades, emprestando o seu respaldo nacional e internacional para reunir entidades que defendam e que lutem pelos direitos humanos.

Recentemente a Diocese do Recife da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, participou de um debate na cidade de Itaquera no Estado de São Paulo, na Igreja Brasil para Cristo, cujo o tema era “Direitos humanos direito de Deus”. Dentre os participantes estavam pessoas com o reverendo da Igreja Metodista Antônio Santana, com doutorado em teologia no Canadá e secretário geral da CENECORA – Coordenadoria Ecumênica de Combate ao Racismo. Segundo o reverendo Jorge Aquino, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB. Segundo o reverendo Jorge Aquino:

diria hoje, mais e mais, a igreja entende que a vontade de Deus é que não apenas a pessoa humana, mas o planeta Terra, a vida na sua dimensão mais vasta, mais lata seja defendida, seja respeitada.

Desta forma, a Secretaria Diocesana de Direitos Humanos, além de promover esta educação para a cidadania dentro dos membros da igreja e realizar parcerias com outras igrejas, tem apoiado o Movimento dos Sem Terra (MST), no campo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), na cidade. Tem se preocupado com a questão carcerária, com a questão da proteção a testemunha, com a questão da violência, com a questão de gênero, com a questão de raça, como a participação na CENACORA (Comissão Ecumênica de Combate ao Racismo). As pessoas que integram essa secretária estão sempre disponíveis a responder, não somente as demandas das entidades para um grande debate como para as respostas de lutas de grupos sociais sejam eles organizados ou não.

Segundo a visão do Bispo Dom Robinson Cavalcanti é importante para uma igreja que queira atingir essa sociedade, não se calar justamente em algo que é tão importante numa dimensão que é tão premente quanto a questão da violência, da tortura, da falta de respeito a vida, da falta de respeito à pessoa como ocorre no Brasil. A importância para a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – Diocese do Recife ter essa secretaria é fundamental. Principalmente depois de um processo de reestruturação pelo que passaram os direitos humanos em Pernambuco. Processo este de encontro entre os vários setores organizados da sociedade civil, gerando uma perspectiva de luta em defesa dos direitos humanos mais coesa, mais centrada e muito mais eficaz, pois as entidades começam a trabalhar em conjunto.

Desta forma, a cobrança feita ao Estado para o respeito à dignidade humana, e aos direitos humanos tem gerado muito mais força, muito mais vigor e principalmente um cuidado especial do Estado, pois ele sabe que agora encontra uma fiscalização dos direitos humanos, por assim dizer, mais atuante e vigorosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando foi criada, em 1975, a Diocese de Recife da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB, na época chamada de diocese Missionária, tornado-se em seguida Diocese Autônoma, nem sequer cogitava-se a hipótese da criação de uma Secretaria Diocesana de direitos humanos. Hoje, a Diocese do Recife possui dezenas de reverendos e ministros leigos servindo em mais de 30 paróquias, missões e pontos missionários, e foi a primeira diocese da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil a ter uma Secretaria Diocesana de Direitos Humanos.

Por isso, podemos colocar que no seu inicio a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil não se preocupava com direitos humanos, porque, através dos seus primeiros missionários, tinha uma visão e uma ação, com um caráter muito mais assistencialista. Isto não era uma exclusividade da Igreja brasileira, mas sim provinha de sua formação original, tanto que se questiona a relação da Igreja Anglicana no Quênia ou na África do Sul. Somente após a Conferência de Lambeth, no século XX, começa a surgir no seio da Igreja Anglicana mundial a preocupação com direitos humanos.

Na sua ação no Brasil, a Igreja Episcopal Anglicana só voltou sua atenção aos brasileiros a partir da segunda década do século XX. Até aquele momento sua atuação girava em entorno de imigrantes ingleses e japoneses. Apenas em 1934 a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil começa a atuar no movimento de direitos humanos, integrando a Confederação Evangélica do Brasil até 1964, quando esta foi fechada pelo golpe militar que mergulhou este país por mais de 20 anos de trevas.

Mesmo sob a sombra das baionetas e o medo que pairavam sobre todos durante a ditadura militar, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil ajudou algumas pessoas que foram perseguidas pela mão violenta e autoritária do regime militar a se esconderem e também a deixar o país.

Apesar de sua atuação discreta na época da ditadura militar, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB, sempre alimentou os princípios bíblicos do amor fraterno e sua preocupação com o próximo. Entretanto, somente em 1987, na Diocese do Recife, foi criada a Comissão de Defesa dos

Direitos Humanos, na época presidida pelo presbitério Robinson Cavalcanti, inspirada na visita do bispo africano Desmond Tutu, prêmio Nobel da Paz, a esta referida Diocese.

A Comissão com o presbítero Robinson Cavalcanti na direção, mesmo tendo uma importância na Diocese, sofreu algumas limitações, afinal é necessário uma decisão episcopal para que a secretaria funcione. Em 1999, quando o referido presbítero Robinson Cavalcanti, tornou-se Bispo, a Comissão de Direitos Humanos ganhou status de Secretaria Diocesana de Defesa dos Direitos Humanos. A esta Secretaria coube a função de atuar na defesa e nos ensinamentos dos direitos humanos dentro e fora das paredes da Diocese do Recife. Ela teria que introduzir a doutrina, a filosofia dos direitos humanos para os membros da igreja como também ser a voz e os braços da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB, Diocese do Recife na defesa dos direitos humanos na sociedade civil.

Formada por voluntários, membros ou não da comunhão anglicana, porém irmãos em ideais de defesa dos direitos humanos, ela começou a tomar um corpo e a atuar tanto dentro quanto fora da Diocese na defesa dos direitos humanos.

Depois de um trabalho de estruturação e montagem que começou com o reverendo Marcos Cosme e hoje segue pelas mãos do reverendo Manuel Moraes, a Secretaria Diocesana de Defesa dos Direitos Humanos Desmond Tutu da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – Diocese do Recife, tem atuado em conjunto com o Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST e organizações não governamentais como o Gabinete de Assessoria Jurídica a Organizações Populares – GAJOP, o Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC, o Centro Luiz Freire entre outros.

A criação, formação e ação de uma secretaria de direitos humanos de uma igreja, seja qual for a sua denominação, seja ela anglicana, católica, batista, presbiteriana ou qualquer outra, tem que ter como base a palavra de Deus e principalmente a lembrança da frase de Jesus Cristo, que disse: “Amai ao próximo como a si mesmo”.

A IEAB está deixando para trás a interpretação da Bíblia que enfatizava um Deus do castigo e da opressão e não o Deus pai, o Deus que perdoa. A IEAB, junto com outras igrejas cristãs, entende que, como portadora da palavra Dele, cabe a elas levar o conforto para as almas que necessitam, e sempre estar junto dos pequenos que são massacrados de forma hedionda por uma elite conservadora e gananciosa.

Devemos crer que à vontade de Deus é que o homem conheça o real significado dos direitos humanos, pois Deus, que nos fez a sua imagem e semelhança, que com seu infinito amor mandou o seu filho para viver entre nós e morrer na cruz, este mesmo Deus que nos deu a dádiva da vida, nos deu a oportunidade de compreender que os direitos humanos são na verdade os direitos mais simples e básicos do homem, que cumpridos trazem ao homem a felicidade e dignidade da pessoa, e que isto traz a felicidade e o amor de Deus.

Complementa-se tal fato não apenas em religiões cristãs, como o anglicanismo, o catolicismo e outras ortodoxas ou não. Em religiões como a mulçumana, o umbandismo, o judaísmo ou o budismo, encontraremos o aspecto da defesa da dignidade do homem e que esta dignidade de vida da pessoa humana está alinhada com a felicidade de Deus, Alá, o ou Buda. A liberdade de religião é um direito da dignidade do homem. Nesta dignidade e direito do homem, como pessoa, está o direito ao seu corpo e as suas opções, seja qual for, afinal Deus nos dotou do livre arbítrio para isso.

O exemplo mais difícil de uma atitude nova e mais tolerante é o caso da aceitação do ponto de vista teológico e pastoral de pessoas com uma identidade homoerótica. Tal prática é condenada no Novo Testamento, em Romanos I, versículos 25, 26 e 27. Algumas igrejas têm procurado de alguma forma adequar-se a esta “nova realidade social”, enquanto que outras preferem, e acham correto, seguir as escrituras bíblicas nesse assunto que condenam a união ou relação de “varão com varão” como diz são Paulo na carta aos Romanos. Entretanto, algumas igrejas já realizam um “quase casamento” de indivíduos de identidade homoerótica, pois não é propriamente um casamento mas uma bênção; como por exemplo, a Igreja Anglicana do Canadá ou a presbiteriana de São Francisco, nos Estados Unidos, que reconhecem e apóiam a idéia de uma união civil entre indivíduos de identidade homoerótica.

Hoje, já consta nos Cânones da Diocese do Recife da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, ou seja, nas leis que regem esta Diocese, a condenação de atitudes ou práticas de caráter homofóbico. Tal constatação nos Cânones já demonstra o início da discussão no Brasil a respeito da homossexualidade e pode ser uma porta para um avanço maior das igrejas no Brasil a este respeito.

Na ação pelos direitos humanos, temos a luta pelos direitos básicos, produtos da má distribuição de renda, a fome, a luta contra a miséria e a falta de acesso à educação de boa qualidade. O caminho para isto pode estar também no ecumenismo religioso. Há dois anos a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, junto com outras igrejas cristãs de outras denominações, como a Presbiteriana e a Batista e até outras denominações religiosas, como a judaica, se uniram à CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil para atuarem conjuntamente na Campanha da Fraternidade. A união religiosa numa perspectiva de respeito ajuda o entendimento do homem para uma ética melhor, para um comportamento mais voltado para a vontade de Deus.

Nesse aspecto, cabem as igrejas no geral, independentemente de denominação religiosa, atuar na luta em defesa dos direitos humanos, usando para isso todo o seu respaldo perante a sociedade, educando tanto fora quanto dentro dos seus templos. Desta forma as igrejas podem atuar nas camadas mais carentes da população, não dando o peixe, mas ensinando a pescar, através de obras sociais que dêem a estas pessoas a sua dignidade perdida, usurpada por uma sociedade injusta; combatendo desta forma a desigualdade social geradora de nossas mazelas sociais.

Cabe às igrejas, como entidades sociais, a participação em debates, fóruns, campanhas e movimentos que discutam e lutem por uma política social mais justa, uma defesa da dignidade da pessoa humana. Cabe a estas igrejas como entidades religiosas e de grande respeito e respaldo social, colocar em prática a doutrina que tanto ensinam, seja esta doutrina retirada da bíblia, do alcorão, do torá ou qualquer outro livro de ensinamento religioso, pois Deus se manifesta de vários modos e formas. Não é ensinando temer a Deus que ajudaremos as pessoas a terem uma vida mais digna, mas mostrando que Deus é principalmente amor, porque os direitos humanos são direito a vida. A igreja não pode anunciar um evangelho, uma boa nova, se esse evangelho, se essa boa

nova não forem dirigidos ao homem por inteiro, ao homem com um todo. No evangelho de Lucas já encontramos isso: “*Jesus era aquele que viria trazer vista aos cegos, libertar os cativos, anunciar ano aceitável do Senhor*”, e o ano aceitável do senhor é visto no Antigo Testamento como um ano de perdão, um ano onde os escravos são libertados, onde as dívidas são perdoadas, um ano onde não há mais opressor e oprimido.

Se uma Secretaria de direitos humanos de uma igreja conseguir passar esta mensagem para o seu seio como entidade religiosa, e transmití-la para a sociedade através dos seus membros multiplicadores de ação e opinião, teremos dado um grande passo na defesa dos direitos humanos no Brasil e no mundo.

REFERÊNCIAS

Livros

AQUINO - OSE, REV. JORGE LUIZ F. DE. *Anglicanismo: Uma Introdução*, Recife: Perfilgráfica e Editora, 2000

BÍBLIA SAGRADA

CAVALCANTI - OSE, DOM ROBINSON. *A igreja, o país e o mundo: Desafios a uma fé engajada*, Visoça-MG: Ultimato, 2000

CAVALCANTI - OSE, DOM ROBINSON. *Cristianismo & Política: Teoria bíblica e prática da história*, Visoça-MG: Ultimato, 2002

KICKHÖFEL, OSWALDO. *Notas para uma história da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil*, Ed. Gráfica Metrópole, Porto Alegre, 1995.

NEILL, SEPHEN. *El Anglicanismo*, M. E. C., Barcelona, sd

WAKER, W. *A Historia da Igreja Cristã*, JUER/ASTE, Rio de Janeiro, 1990

Endereços da Internet

Diocese Anglicana do Recife, www.ieabrecife.com.br

Paróquia Anglicana do Semeador, www.semeadorolinda.hpg.ig.com.br

Site oficial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, www.ieab.org.br

Apostilas

CANONES DA IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL –DIOCESE DO RECIFE

Série Partilha Teológica nº1: A Historia da Igreja da Inglaterra, Porto Alegre, 1994

Série Partilha Teológica nº2: Marcas Teológicas, Porto Alegre, 1994

Série Partilha Teológica nº8: Missão na Perspectiva de Lambeth 98, CEA, Porto Alegre, 1999

Entrevistas

- ALMEIDA - OSE, REV. MANOEL SEVERINO MORAES DE. *Secretário Diocesano de Direitos Humanos da IEAB – Diocese do Recife, e mestrando em Ciências Políticas pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE*
- AQUINO - OSE, REV. JORGE LUIZ F. DE. *Teólogo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Reitor do Seminário Teológico Anglicano do Recife (SAET)*
- CAVALCANTI - OSE, DOM ROBINSON, *Bispo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – Diocese do Recife, Cientista Político e professor da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE*
- NETO – OSE, DOM FILADELFO OLIVEIRA, *Bispo Sufragâneo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – Diocese do Recife, Secretário Executivo Diocesano e professor do Seminário Teológico Anglicano do Recife (SAET)*

Anexo

Questionário

Nome: _____

Idade: _____; sexo: _____;

Escolaridade: _____

Função na IEAB: _____

PRIMEIRO BLOCO: Anglicanismo e direitos humanos na história

- 1.1. Como foi a relação, histórica, do anglicanismo com as doutrinas de direitos humanos na modernidade?
- 1.2. Como a IEAB se relaciona com os DDHH? Qual foi a trajetória desde a Inglaterra?
- 1.3. Desde quando a IEAB e os DDHH caminham juntos?
- 1.4. Como surgiu a idéia da criação da sec. de DDHH da IEAB? Por que de sua criação? Como foi o seu início? E qual a sua função hoje?
- 1.5. Como a sec. de DDHH da IEAB interage com outras organizações de defesa dos DDHH? E qual a sua função e da IEAB nisso tudo?

SEGUNDO BLOCO: mensagem cristã e direitos humanos

- 2.1. Qual é a relação entre os princípios teológicos do cristianismo e a doutrina dos direitos humanos? Há incompatibilidade ou não?
- 2.2. Qual a visão da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) na história e na atualidade sobre os direitos humanos no Brasil?
- 2.3. A predominância dos direitos humanos não seria uma manifestação da secularização dos valores religiosos, substituídos pelos valores laicos?

TERCEIRO BLOCO: temas específicos

- 3.1. Tolerância religiosa. A idéia de tolerância ameaça a crença na verdade da religião e leva ao relativismo religioso?
- 3.2. Orientação sexual. Como a IEAB considera o homossexualismo.
- 3.3. Direito à vida. Concepção da IEAB sobre o aborto e a eutanásia.
- 3.4. Qual a importância dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais para a IEAB. (exclusão social)
- 3.5. Qual é a contribuição da Igreja Anglicana para a paz mundial e qual a sua relação com as outras religiões? E como as religiões podem ajudar o mundo? (Cultura da Paz)
- 3.6. O que a IEAB pensa sobre a proposta de Hans Küng e o Conselho Mundial de Igrejas sobre a ética mundial e qual a contribuição que a IEAB pode oferecer? E quais seriam, na visão da Igreja, os valores éticos fundamentais para uma ética mundial?
- 3.9. Existem visões apocalípticas de que estamos próximos do fim do mundo. O homem tem na sua mão o poder que era só de Deus (bomba atômica). O que o senhor pensa disso? Como a IEAB vê o futuro da humanidade (ataques terroristas, ameaça de guerra entre os EUA e o Iraque)?

QUARTO BLOCO: a ação da IEAB e os direitos humanos

- 4.1. Na situação sócio-econômica em que passamos, qual é a função das Igrejas como um todo e, sobretudo da IEAB, na nossa sociedade e que responsabilidade social elas sofrem? E na sua opinião o que devemos fazer para resolver este problema de desigualdade social que temos no nosso país?
- 4.2. Se e como a IEAB atua na parcela mais carente da nossa sociedade?
- 4.3. Que danos esta nossa desigualdade social, na visão da Igreja, pode causar a família e como a IEAB intervém?
- 4.4. Qual a sua opinião sobre Igrejas e Organizações Não governamentais fazerem o papel do Estado na proteção dos menos favorecidos? O Estado é um parceiro nestas ações? E a sec. de DDHH da IEAB interage com o Estado? Como isto ocorre?
- 4.5. A atual situação social em que nos encontramos, na sua visão e da Igreja, tem contribuído para a violência dos direitos humanos no Brasil?

- 4.6. Existe uma ligação entre os movimentos sociais que lutam pelos direitos humanos e a IEAB?
- 4.7. Qual a função da IEAB, como entidade religiosa, na luta em defesa dos direitos humanos? Há que o sr. credita o envolvimento de Igrejas no campo dos direitos humanos? E qual a concepção prática da IEAB com os DDHH?
- 4.8. Qual o foco de atuação da Secretaria de DDHH da IEAB? E qual a importância para a IEAB ter uma Secretaria de DDHH?
- 4.9. Qual a sua opinião a respeito das pastorais?
- 4.10. Qual a sua opinião sobre os DDHH em PE? E a sua perspectiva para os próximos anos.

Local, e data